



OFICINA DO CES

ces

Centro de Estudos Sociais
Laboratório Associado
Faculdade de Economia
Universidade de Coimbra

MAGDA ALVES

ANA CRISTINA SANTOS

CARLOS BARRADAS

MADALENA DUARTE

**A DESPENALIZAÇÃO DO ABORTO EM PORTUGAL
DISCURSOS, DINÂMICAS E ACÇÃO COLECTIVA:
OS REFERENDOS DE 1998 E 2007**

**Janeiro de 2009
Oficina nº 320**

Magda Alves
Ana Cristina Santos
Carlos Barradas
Madalena Duarte

**A despenalização do aborto em Portugal — discursos, dinâmicas e acção
colectiva: os referendos de 1998 e 2007**

Oficina do CES n.º 320
Janeiro de 2009

OFICINA DO CES
Publicação seriada do
Centro de Estudos Sociais
Praça D. Dinis
Colégio de S. Jerónimo, Coimbra

Correspondência:
Apartado 3087
3001-401 COIMBRA, Portugal

Magda Alves*

Conselho Nacional de Juventude

Ana Cristina Santos

Birkbeck Institute for Social Research, Universidade de Londres; Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Carlos Barradas

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Madalena Duarte

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

A despenalização do aborto em Portugal — discursos, dinâmicas e acção colectiva: os referendos de 1998 e 2007

Resumo: Em Portugal, a luta pela despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) demorou mais de três décadas. A sua (longa) história foi marcada por períodos de intenso debate, várias propostas e projectos de lei, dois referendos, avanços e recuos, contradições e ensurdecedores silêncios, sintomáticos do carácter polémico e fracturante desta temática, também em Portugal. Apenas a 11 de Fevereiro de 2007, e após a ocorrência de julgamentos, é que Portugal se juntou à grande maioria dos seus parceiros europeus ao reconhecer o direito ao aborto. A que se deveu esta mudança legislativa? Quando consideramos conteúdos, mobilização social e impactos, identificamos três momentos marcantes da história recente da despenalização da IVG em Portugal e que contribuíram decisivamente para a vitória do Sim: o referendo de 1998, a campanha Fazer Ondas em 2004 e o referendo de 2007. A análise que se segue, decorrente de um projecto de investigação no qual entrevistámos um conjunto diversificado de intervenientes,¹ versa as consultas populares de 1998 e 2007 e procura identificar intervenientes, discursos, estratégias e dinâmicas integrando-as uma análise mais ampla sobre a sociedade portuguesa e as suas (não) relações com os direitos das mulheres.

Antes de nos centrarmos sobre os dois momentos aqui em análise, importa proceder a uma breve contextualização da luta pela despenalização do aborto em Portugal até ao referendo de 1998, realçando o contributo que as mesmas tiveram no traçar do caminho percorrido até ao resultado do referendo de 11 de Fevereiro de 2007.²

* Magda Alves é mestranda em Sociologia na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Actualmente estagia como técnica no Conselho Nacional de Juventude. Foi investigadora júnior no Centro de Estudos Sociais de Março 2007 a Junho 2008.

Ana Cristina Santos é doutorada em Estudos de Género. É investigadora no Birkbeck Institute for Social Research, Universidade de Londres, e no Centro de Estudos Sociais.

Carlos Barradas é antropólogo, mestrando em Sociologia e investigador júnior no Centro de Estudos Sociais.

Madalena Duarte é doutorada em Sociologia e investigadora no Centro de Estudos Sociais.

¹ Este artigo resulta do projecto de investigação “Representações sobre (I)legalidade: o caso da saúde reprodutiva em Portugal”, coordenado por Boaventura de Sousa Santos, desenvolvido no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES) de Julho 2005 a Maio 2008 e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) — Referência do Projecto Nº POCI/SOC/59526/2004. Foram entrevistados/as activistas, juristas, profissionais de saúde, mulheres que fizeram uma IVG de forma ilegal e outros informadores privilegiados. Uma análise mais completa da luta pela despenalização pela IVG pode ser encontrada no relatório do projecto disponível para consulta na biblioteca do CES.

² Nesta secção seguimos de perto Tavares, 1998 e 2003, e Peniche, 2007, onde as datas e os acontecimentos marcantes na luta pela despenalização da IVG são referidos com maior detalhe.

1. Debatendo o aborto antes do referendo de 1998

Segundo Manuela Tavares (2003), a primeira reivindicação ao direito ao aborto livre e gratuito³ surgiu a 4 de Maio de 1974 numa brochura do Movimento de Libertação das Mulheres (MLM). Este movimento, ao qual se juntaram outras mulheres, esteve na origem da criação do Movimento pela Contracepção, Aborto Livre e Gratuito (MCLAG) em 1975. Até 3 de Abril de 1976, dia em que a Assembleia Constituinte foi dissolvida, outras iniciativas foram levadas a cabo, entre as quais destacamos a publicação do livro *Aborto, direito ao nosso corpo* de Maria Teresa Horta, Célia Metrass e Helena de Sá Medeiros, em Junho de 1975, e uma reportagem polémica sobre aborto clandestino no programa “Nome – Mulher” intitulada “Aborto não é crime”. A reportagem, da autoria das jornalistas Maria Antónia Palla e Antónia de Sousa, transmitida no canal público de televisão RTP, levou à suspensão do programa e ao julgamento de Maria Antónia Palla em 1979 por “atentado ao pudor e incitamento ao crime” (Fiadeiro, 1989). Contudo, estas reivindicações, centradas essencialmente no discurso dos direitos, não tiveram eco na esfera político-institucional, dado o leque abrangente de direitos consagrados na Constituição de 1976 não ter incluído o direito a interromper uma gravidez. O desfasamento entre as reivindicações de parte da sociedade civil que procurava politizar um assunto até então remetido para a esfera privada, inserindo-o no campo dos direitos e liberdades individuais das mulheres, e a discussão tida no seio do órgão máximo de soberania verificou-se aliás até ao início da década de 1980.

Saliente-se que a tónica discursiva dominante ao realçar o “direito à decisão da mulher como questão essencial para o controlo da sua reprodução e do seu corpo” (Magalhães, 1998: 34) integrou-se na chamada corrente radical do feminismo. À medida que a luta prosseguiu e envolveu novos/as agentes, o discurso do direito ao corpo e da autodeterminação da mulher foi-se conjugando com – ou mesmo, em algumas circunstâncias, cedendo lugar a – argumentos remetentes para a saúde da mulher, as realidades do aborto clandestino e as razões socio-económicas (Tavares, 2003).⁴ Esta será, aliás, uma constante ao longo dos muitos anos em que o aborto foi tema de discussão e de disputa, essencialmente, como veremos, fruto do contexto sociopolítico e cultural do país e de algumas contradições presentes no movimento feminista português.⁵

³ A reivindicação deste movimento incluía também o direito à educação sexual.

⁴ A esse respeito, Tavares refere que “a necessidade de aprofundar argumentos, perante a posição hostil da hierarquia da Igreja Católica a qualquer alteração do artigo do Código Penal de 1886 que criminalizava as mulheres que abortavam, terá sido uma das causas para introduzir alterações ao discurso” (2003: 3).

⁵ A esse respeito ver, por exemplo, Amâncio (1996; 1998), Ferreira (1988 e 2000) e Tavares (2000).

Em 1979 surge a Campanha Nacional pelo Aborto e Contracepção (CNAC) composta por mulheres, organizadas ou não, e membros de partidos políticos. Pela sua abrangência e alcance das suas acções, esta iniciativa deu um importante contributo para a afirmação dos direitos das mulheres na agenda política portuguesa. No mesmo ano, os dois primeiros julgamentos ocorridos no Portugal democrático contribuíram para dar alento e visibilidade ao movimento pró-despenalização.

A década de 1980 inicia-se assim com o tema do aborto e dos direitos das mulheres na agenda política nacional. Opositores/as à mudança legal, particularmente o Episcopado Português, começaram a intervir mais regularmente no debate público contra o que consideravam ser um “atentado à vida”.⁶ Face aos argumentos apresentados pelos/as defensores/as da despenalização – nomeadamente motivos de natureza económica visando salientar desigualdades existentes entre diferentes classes sociais no que respeita ao recurso ao aborto, assim como a falta de condições económicas –, a Igreja Católica respondeu dizendo que o aborto não era a solução e propondo a criação de melhores condições para a população mais carenciada e mais apoios às famílias. Desenhava-se assim um quadro propício a uma intensa conflituosidade, fruto das diversas concepções e representações então existentes sobre categorias como vida, maternidade, sexualidade ou mulher.

A 11 de Novembro de 1982, o Projecto de Lei apresentado pelo Partido Comunista Português (PCP) prevendo a despenalização da IVG até às 12 semanas por motivos “sócio-económicos ou sentimentais”, foi chumbado. Em Janeiro de 1984, um novo Projecto de Lei sobre a despenalização do aborto, da autoria do Partido Socialista (PS), então no governo, foi apresentado, votado e desta vez aprovado pelo Parlamento.⁷ No entanto, a lei que passou a vigorar apenas previa a exclusão de ilicitude de interrupção da gravidez em caso de perigo para a saúde física e psíquica da mulher, violação e malformação do feto. Ao verem as suas expectativas defraudadas, desta vez por um partido de Esquerda no poder, activistas na luta pela despenalização manifestaram o seu descontentamento no próprio dia da aprovação da lei, soltando uma faixa com a inscrição “Lei do PS mantém aborto clandestino”, enfatizando dessa forma o facto de, sublinhavam, a grande maioria dos abortos ilegais efectuados se prenderem com questões de natureza socioeconómica e não as previstas pela lei. Com a aprovação desta lei em 1984, as reivindicações públicas em torno da legalização do aborto diminuíram significativamente e quando ressurgiram pautaram-se, não pelo pedido de

⁶ Fonte: www.cadc.pt, consultado a 10/09/2007.

⁷ Em 1984, foram também aprovados os Projectos de Lei sobre “Maternidade e Paternidade” e “Planeamento Familiar e Educação Sexual” apresentados pelo PCP.

revogação total da lei, mas pela sua alteração, exigindo que esta contemplasse mais uma causa de exclusão de ilicitude: por opção da mulher (Duarte, 2007).

No início da década de 1990, notícias vindas a público de que o Instituto de Medicina Legal estaria a fazer peritagem a mulheres suspeitas de terem abortado clandestinamente⁸ propiciaram novas acções colectivas. Algumas associações voltaram a reunir e lançaram, no seio de um grupo de trabalho da Associação para o Planeamento da Família (APF), o Movimento de Opinião pela Despenalização do Aborto em Portugal (MODAP). Em 1996, foram apresentados três projectos de lei: dois visando a despenalização da IVG até às 12 semanas a pedido da mulher, pelo PCP e pela Juventude Socialista (JS), liderada por Sérgio Sousa Pinto, e outro alargando unicamente os prazos estipulado na Lei de 1984 para o aborto eugénico (de 16 para 24 semanas) e em caso de “crime contra a liberdade e autodeterminação sexual” (de 12 para 16 semanas), pelo deputado socialista Strecht Monteiro. O debate sobre o aborto voltou então a ganhar intensidade e visibilidade na esfera pública e política, consequência das iniciativas da sociedade civil e dos partidos políticos mas também de estudos e notícias na imprensa divulgando estimativas sobre o número de abortos clandestinos e apresentando-os como um problema de saúde pública.⁹ As semanas anteriores à discussão no Parlamento dos projectos foram marcadas por várias acções pró e contra a despenalização. Em Fevereiro de 1997, nasceu o movimento Juntos pela Vida responsável pela campanha “Não mates o Zézinho” inscrito numa crescente polarização dos discursos. A 20 de Fevereiro de 1997, os dois projectos de lei foram chumbados. Apenas alguns dias depois desta decisão, a 8 de Março, foi noticiado que uma mulher, mãe de três filhos, vivendo num bairro social do Porto, tinha morrido na sequência de um aborto clandestino.¹⁰

Em Janeiro de 1998, com base no MODAP, foi criada a plataforma Pelo Direito de Optar. Nesse mesmo mês e ainda sob o governo do PS, a JS e o PCP apresentaram novamente dois projectos de lei.¹¹ Contudo, desta vez o PS associou-se ao projecto da JS que previa um prazo de dez semanas para a IVG, o que permitiu a aprovação, na generalidade, do diploma. A legalização do aborto reclamada há mais de duas décadas por sectores da sociedade civil era assim, aparentemente, finalmente reconhecida. Contudo, no mesmo dia, os líderes dos

⁸ No decorrer de uma investigação, a Polícia Judiciária (PJ) apreendeu a agenda de uma parteira numa clínica clandestina em Lisboa onde se encontravam os nomes de cerca de 1200 mulheres.

⁹ Refira-se, designadamente, a Organização Mundial da Saúde (OMS) assim como os vários estudos da APF.

¹⁰ Tratava-se de Lizete Moreira. Este caso foi citado inúmeras vezes como exemplo dos efeitos da lei vigente, dado o simbolismo de esta morte ter acontecido logo após o chumbo dos projectos de lei mencionados e, justamente, no Dia Internacional da Mulher.

¹¹ Um terceiro Projecto de Lei, dos deputados socialistas António Braga e Eurico de Figueiredo, foi igualmente votado nessa mesma sessão legislativa.

dois maiores partidos portugueses, António Guterres, Primeiro-Ministro e Secretário-Geral do PS, e Marcelo Rebelo de Sousa, líder do Partido Social Democrata (PSD), ambos pessoalmente contra a despenalização do aborto, celebraram um acordo visando a realização de um referendo sobre o tema – o primeiro referendo jamais realizado no país. A despenalização da IVG conhecia assim mais uma etapa.

2. O referendo de 1998

28 de Junho de 1998 foi a data escolhida para proceder à consulta dos/as portugueses/as sobre a despenalização da IVG realizada, a pedido da mulher, até às dez semanas. A campanha antecedente ao referendo envolveu vários/as protagonistas institucionais. Não obstante a diversidade de intervenientes – entre os/as quais associações, sindicatos e pessoas a título individual –, a nossa análise centra-se em três grandes tipos de agentes: movimentos da sociedade civil, partidos políticos e Igreja Católica.

2.1. Caracterização dos/as principais agentes envolvidos/as em 1998

Como referido anteriormente, o referendo sobre o aborto foi o primeiro referendo realizado em Portugal. Numa sociedade em que os partidos políticos têm um papel preponderante na estruturação do espaço político e público, em que a sociedade civil é analisada como sendo “fraca e atomizada” (Santos, 1994) e com uma cultura de parceria pouco desenvolvida, este referendo constituiu um verdadeiro desafio para os diferentes movimentos da sociedade civil, exigindo recursos humanos, financeiros e logísticos, esforços de concertação, lideranças assentes em princípios democráticos e sistematização de linhas de argumentação. A estratégia adoptada pelos movimentos foi diversa. Enquanto os/as opositores/as à mudança da lei optaram por constituir quatro grupos de cidadãos/ãs eleitores/as – a saber, Aborto a pedido? Não!, Vida Norte, Plataforma Solidariedade e Vida e Juntos pela Vida – os/as defensores/as da despenalização agregaram-se numa única plataforma: o movimento Sim pela Tolerância. A escolha do nome para esta plataforma não foi consensual e deveu-se, segundo Tavares (2003), a considerações estratégicas

Tratava-se de uma batalha para ganhar, não só os que, com posições de esquerda, há muito defendiam a despenalização do aborto como uma causa, mas também aqueles e aquelas que, fruto de uma cultura de culpabilização imposta pelos valores religiosos, se sentiam muito indecisos nesta matéria. (2003: 38)

A experiência de alguns/mas activistas envolvidos/as nesta luta desde o início sugeriu-lhes moderação e prudência discursiva, estratégia que viria, aliás, a prevalecer durante toda a campanha. O uso da palavra “tolerância” foi recorrente e ilustra a tónica argumentativa à qual se pretendeu dar prioridade: o apelo à compreensão e absolvição moral das mulheres que tinham que recorrer a uma IVG. A escolha do símbolo, uma flor amor-perfeito, ao integrar-se também nesta lógica, procurou, contudo, explorar outros elementos, designadamente o do amor e harmonia usados como metáfora para a defesa de uma maternidade desejada, entendida como necessária para a constituição de uma família (feliz).

Este movimento, composto por organizações sociais, cívicas e políticas e por pessoas a título individual, conheceu algumas dificuldades iniciais que se repercutiriam no seu desempenho posterior. As divisões internas do PS, a opção do PCP em apostar numa campanha própria (partidária), a pluralidade de vozes e experiências nem sempre consonantes e concertadas, e ainda a necessidade de se estruturar rapidamente (com o que isso implica em termos dos diferentes tipos de recursos) – todos estes foram factores que dificultaram o arranque da campanha do movimento: “Acho que também havia muita inexperiência das pessoas trabalharem umas com as outras e (...), de facto, esse é um balanço negativo que eu faço (...) [de] 1998” (Andrea Peniche, Movimento Voto Sim, entrevista a 30/01/2007).

Ao longo de quatro meses, o movimento ampliou a sua base de apoio agregando artistas, profissionais de Saúde, juristas e figuras públicas das mais diversas arenas. Contou ainda com o empenho de deputados/as dos diferentes partidos de esquerda e, em muito menor número, do PSD.

Os movimentos anti-escolha optaram por eleger a vida como tema de campanha, sob o lema “Agarra a Vida”, expressão que figurou no nome de três dos quatro movimentos constituídos. À semelhança do “Sim”, estas plataformas de cidadãos e cidadãs abrangeram deputados/as, maioritariamente do PSD e do Partido Popular (CDS/PP), médicos/as, juristas e outras figuras públicas. A sua capacidade financeira, de organização e mobilização revelou-se mais estruturada do que a do movimento pró-escolha, o que se deve em parte à participação empenhada da Igreja Católica e das suas organizações, facto salientado por muitos/as dos/as nossos/as entrevistados/as como um elemento diferenciador.

Acho que o Não estava bem organizado, havia uma militância maior. (...) Os argumentos do Não...foi uma militância muito bem organizada, com a Igreja Católica por trás disso tudo (...) e depois com muitos agentes no terreno, com muitos agentes, com muita influência, com muita coisa. (João, Assistente social)

O pessoal do Não é mais activista que o do Sim, mesmo em termos de suporte social. É difícil lutar contra um grupo de activistas que está muito bem organizado, que pode passar as ideias que quiser e que são tidas como certas. (E8, Associação, Açores)

As iniciativas desenvolvidas por ambos os lados durante a campanha do referendo converteram este período num dos mais intensos momentos de mobilização social e debate público a que Portugal assistiu desde 1974.

No que concerne os partidos políticos, os dois únicos partidos com representação parlamentar que assumiram publicamente uma posição e fizeram campanha foram o PCP (a favor da despenalização) e o CDS/PP (contra a despenalização). O PS, devido sobretudo à posição pessoal do seu líder António Guterres (contra a despenalização do aborto), não se envolveu enquanto organização na campanha, dando liberdade de expressão e voto aos/às seus/suas deputados/as e militantes que, consoante as suas posições, optaram, ou não, por ingressar em algum movimento a título individual.¹² No entanto, é importante salientar que a divisão interna no PS acabou por desmobilizar muitos dos seus elementos que, noutras circunstâncias, ter-se-iam envolvido (e votado) na campanha, como aliás o fizeram em 2007. De resto, segundo um estudo desenvolvido por Baum e Freire (2001), a ausência do PS, partido então no Governo, foi um factor decisivo para o elevado nível de abstenção e, de forma mais geral, para os resultados do referendo de 28 de Junho de 1998. Esta explicação foi partilhada pela maioria dos/as nossos/as entrevistados/as que, ao caracterizarem a campanha de 1998 comparativamente a 2007, realçaram o papel do PS e do seu Secretário-Geral na desmobilização dos/as militantes em particular e do eleitorado em geral.

Houve pouco envolvimento da esquerda. O PS envolveu-se o menos possível... Pagou grande parte da campanha do Movimento Sim Pela Tolerância mas não envolveu estruturas nenhuma em termos de militância. (E6, Associação, Lisboa)

Fundamental foi o PS não ter posição, porque o que se verificou agora é que os partidos é que realmente estruturam a sociedade portuguesa, os movimentos cívicos têm muito pouca força. E os partidos é que estruturam realmente as pessoas, é que enquadram as pessoas e as pessoas ficaram um bocado perdidas (...). E depois aparecer o Guterres... (...) que apesar de tudo (...), na altura, ainda tinha um grande capital de simpatia, ainda era uma referência para grande parte da população (...). (E28, Profissional de Direito)

O PSD também optou por não se vincular a uma determinada posição, argumentando que o aborto era uma questão do foro privado e individual para a qual cada um/a devia decidir

¹² Registe-se que a maioria dos/as deputados/as socialistas que participaram na campanha fizeram-no pelo Sim à despenalização.

em consciência.¹³ No entanto, o líder social-democrata Marcelo Rebelo de Sousa participou a título pessoal na campanha contra a despenalização. Para além do mais, a grande maioria dos/as militantes sociais-democratas com uma posição pública sobre este tema fizeram-no sob uma perspectiva anti-escolha. Contrariamente ao PS, o PSD, embora sem uma posição oficial, apareceu assim como um partido relativamente unido contra a alteração da lei vigente.

O PCP foi, como já dissemos, o maior partido a fazer explicitamente campanha pela despenalização, apesar de se ter desde sempre pronunciado contra o referendo por considerar que a Assembleia da República deveria ser o órgão competente para legislar em matéria de direitos humanos. Pesem embora as suas reticências, este partido defendeu a consagração do direito a interromper uma gravidez através de diversas acções, maioritariamente destinadas ao seu tradicional público alvo: os/as trabalhadores/as. Nesta luta, o PCP foi auxiliado por outros partidos de esquerda.¹⁴ Contra a despenalização estiveram o CDS/PP e o Partido Popular Monárquico (PPM), perfazendo assim, ao todo, um total de dez partidos que, independentemente das suas posições, entregaram “declarações de intenção de participação no esclarecimento” à Comissão Nacional de Eleições (CNE).

Estando o posicionamento em torno da (não)despenalização do aborto marcadamente imbuído de considerações morais, éticas, culturais, políticas e ideológicas, a história da luta pela despenalização do aborto sempre opôs, em maior ou menor medida, os campos políticos da Esquerda e da Direita em Portugal. O facto de, neste referendo, o campo político da Direita ter aparecido como mais unido do que o da Esquerda explica em grande parte a vitória do “Não” no referendo (Baum e Freire: 2001).

Finalmente, a Igreja Católica foi outro dos agentes envolvidos nesta campanha. Aliás, através das suas diferentes estruturas e elementos, a Igreja Católica foi, segundo Baum e Freire (2001), o actor da sociedade civil portuguesa com maior influência na campanha de 1998. Com efeito, embora tenham surgido algumas vozes discordantes, as hierarquias da Igreja Católica apelaram recorrentemente ao voto “Não” e esforçaram-se na vitória desta perspectiva. Numa nota da Conferência Episcopal Portuguesa lia-se:

Pedimos aos sacerdotes que, em todas as circunstâncias em que, habitualmente, exercem a sua missão de ensinar, proclamem serenamente a doutrina da Igreja sobre o carácter inviolável da vida humana. Compete aos leigos participar neste esclarecimento, usando todos os meios que os

¹³ Assinale-se que a consideração de que o aborto é uma questão de consciência individual poderia apenas ser acautelada no caso de uma mudança de lei do aborto, uma vez que a lei existente não permitia a possibilidade de decisão conforme a consciência.

¹⁴ Nomeadamente: o Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV), a União Democrática Popular (UDP), o Partido Socialista Revolucionário (PSR), o Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses (PCTP/MRPP) e a Política XXI.

mecanismos democráticos lhes proporcionem, juntando os seus esforços, sempre que o acharem conveniente, a outros defensores da vida. (...). É preciso que todos os que são contra esta liberalização legal da prática do aborto juntem os seus esforços, para que o maior número de portugueses possa dizer *Não* à proposta de Lei, o que corresponde a dizer *Sim* à vida. (1998, *online*).

O Conselho Presbiteriano da Arquidiocese também se pronunciou sobre o referendo, apelando a todos os membros do clero a participar na campanha por forma a “esclarecer” opiniões através de “reuniões e encontros, boletins e jornais, programas em rádios e televisões, cartazes e conversas, homilias e palestras” porque “estava em causa a Vida” (*Público*, 28/05/1998). Esses e outros apelos semelhantes foram seguidos por vários membros da Igreja Católica, constituindo assim, de forma incontestável, um parceiro fundamental dos movimentos contra a autodeterminação da mulher. Tal facto foi, de resto, assinalado nas entrevistas realizadas.

Não estávamos preparados para enfrentar o partido mais antigo do mundo, que é a Igreja Católica, que recorreu a tudo. (E20, Associação, Beja)

Foi a campanha da Igreja. (E15, Associação, Guarda)

A defesa da vida em todas as circunstâncias foi a mensagem escolhida e difundida pela Igreja Católica através das mais variadas instâncias: intervenções públicas em meios de comunicação social, aproveitando certos espaços televisivos preferenciais como a transmissão de missas na TV ou de programas de cariz religioso; apelo ao voto e divulgação da sua mensagem nas homilias; panfletos ou ainda acções “em favor da vida”. À concepção da vida enquanto valor absoluto acrescentou-se o que desde sempre a Igreja Católica defendeu – a sexualidade como um meio para obter um fim (a procriação) e a mulher enquanto mulher-mãe:

Dizemos Não ao aborto porque o feto é um ser humano desde o primeiro momento da sua existência (...). Pôr termo a essa vida de forma deliberada é atentar contra um dos direitos fundamentais da pessoa e violar o quinto mandamento da lei de Deus: *não matarás*. (...) Ao conceber, a mulher acolhe no seu seio um outro ser, de cuja vida não pode dispor, para se proteger a si própria. Pelo contrário, a própria natureza, a consciência, a cultura, a moral e a sua sensibilidade profunda de mulher, exigem dela que proteja essa vida. Tem o direito de ser apoiada pela comunidade, nessa missão, mas não o de pôr termo à vida do filho que gerou. (Nota da Conferência Episcopal, 1998, *online*)

Sob a perspectiva de que a missão natural das mulheres é procriar e criar, o discurso da autonomia e liberdade individual das mulheres é liminarmente rejeitado. De forma idêntica, quem defende a auto-determinação como um valor fundamental oferece fortes resistências ao

discurso sobre o “papel natural” das mulheres. De facto, subjacentes às concepções da mulher enquanto, prioritariamente, mulher-mãe ou mulher-Sujeito estão representações dificilmente conciliáveis, o que dificulta o diálogo e inviabiliza consensos entre ambas as partes:

O argumento de deixar única exclusivamente à consideração da mulher poder ou não abortar, por vontade própria, até às dez semanas, é algo que é incompletamente inconcebível para a maior parte das pessoas que estão do lado do Não. (Marisa Matias, Movimento Cidadania e Responsabilidade pelo Sim, entrevista a 30/01/2008)

A Igreja e a sociedade devem encontrar formas de as apoiar, pois estamos convictos de que ajudá-las a levar a termo a sua maternidade é o caminho para afirmar e defender a sua dignidade de mulheres. (Nota da Conferência Episcopal, 1998, *online*)

Durante esta campanha foram frequentemente utilizados por membros do clero discursos incriminatórios. Nesse registo situam-se, por exemplo, as intervenções do Bispo de Viseu, D. António Monteiro, que comparou o aborto ao crematório nazi, qualificou as mulheres que a ele recorrem como “assassinas” e intimou quem votasse “Sim” a abandonar a Igreja.¹⁵ Na mesma linha de argumentação colocaram-se o Bispo de Bragança, D. António Rafael, para quem o aborto era “pior ainda que o holocausto”¹⁶ ou ainda o Padre de Amares (distrito de Braga), António de Magalhães de Sousa, que anunciou que recusaria proferir de novo a homilia dominical na sua paróquia caso “os seus fiéis” assinassem “a certidão de óbito das crianças que quiserem nascer”.¹⁷ Foi perante afirmações deste tipo que o Movimento Católico de Estudantes (MCE) se manifestou, através de um comunicado, pedindo “tolerância e moderação”.

O que não podemos permitir é que tudo permaneça na mesma. A hipocrisia permite que se continuem a praticar inúmeros abortos clandestinos penalizando os que não têm possibilidades socio-económicas suficientes. (...) Apelamos ao compromisso determinado de todos aqueles que se sentem particularmente implicados na resolução destes problemas. (*Público*, 21/05/1998)

A tolerância e a defesa da vida, dois pilares e valores da Igreja Católica, foram, assim, conjugados por este Movimento que os assumiu como valores que, não sendo incompatíveis, deveriam evitar condenar quem recorresse a um aborto.

Analisemos agora mais pormenorizadamente as estratégias utilizadas, os discursos produzidos e as concepções existentes e reveladas durante a Campanha de 1998.

¹⁵ Fonte: *Diário de Notícias*, 02/06/1998.

¹⁶ Fonte: *Público*, 21/05/1998.

¹⁷ Fonte: *Publico*, 01/06/1998.

2.2. A Campanha de 1998: argumentos e estratégias dominantes

A Campanha de 1998 foi muito polarizada e teve momentos de elevado confronto simbólico. O conflito de interesses entre o valor da vida intra-uterina e a autodeterminação da mulher foi o terreno no qual as divergências se manifestaram de forma mais contundente. A vida humana enquanto valor absoluto e protegido constitucionalmente foi o argumento central da Igreja Católica e dos movimentos anti-escolha.

É sempre mais fácil falar pela positiva. Eu acho que isto é uma coisa gira de que nós nos apercebemos: é que nós temos a grande facilidade e vantagem de estar do lado da Vida. (...) A campanha é sempre alegre, é com um sorriso na cara, porque de facto apesar de sermos nós a dizer Não, que é negativo, a nossa mensagem é que é positiva não é? E isso é uma grande vantagem que nós temos. (...) No fundo a nossa mensagem é sempre a de que estamos do lado quer do bebé quer da mulher. (Isabel Fonseca, Movimento Norte pela Vida)

Todavia, enquanto o investimento da Igreja foi essencialmente discursivo, usando um campo lexical particularmente violento, culpabilizador e estigmatizante de que são exemplo as palavras “matar”, “assassinar”, “atentar contra a vida”, “infanticídio” e “criminosas”, os movimentos anti-escolha acrescentaram à retórica elementos visuais com fotos de embriões, fetos e crianças, bonecos (“Zézinho”) ou ainda vídeos mostrando o processo evolutivo embrionário.

Face a este apelo ao sentimento e às emoções, o Sim pela Tolerância procurou contrapor casos concretos das mulheres, seres humanos em risco pelo aborto clandestino. Assim, embora a pergunta do referendo situasse a reflexão em torno de saber se as mulheres que abortavam deviam ser penalizadas e incorrer uma pena de prisão, o debate em torno da definição de vida e dos critérios que a devem definir acabou por condicionar essa mesma reflexão. O movimento pró-escolha foi demasiadas vezes refém da campanha agressiva do movimento anti-escolha, não conseguindo recentrar o debate e divulgar a sua mensagem de forma clara. Esta foi, aliás, para muitos/as entrevistados/as do campo do Sim, a maior dificuldade, como o ilustra o seguinte excerto:

[O Não] Usou da estratégia de apelos à irracionalidade das pessoas. Isto é um tema sensível, como é óbvio, e depois falar que já há um ser humano e trazer uns fetos e pôr uns vídeos com fetos despedaçados..., isso é pura irracionalidade (...). Porque é muito fácil fazer um cartaz desses... mas não é o bater do coração que marca o início da vida, assim como não é deixar de bater que marca a morte. O coração pode estar a bater e a pessoa já estar morta. Mas para explicar isto é preciso muito mais tempo do que os outros, que chegam ali, põem um cartaz e está ali, pronto, chegam logo à população. Mas para explicar... é muito mais difícil ser racional, não é? Muito mais difícil. E para explicar é sempre muito mais complicado. (E29, Profissional de Direito)

Os/As defensores/as da penalização do aborto, ao abraçarem a bandeira da defesa da vida como sendo exclusivamente sua, remeteram os/as defensores/as da despenalização para o campo dos que são contra a vida, logo, a favor da morte. Este discurso tem apelos emocionais fortes, com diferentes impactos no grau de mobilização e empenho obtidos. Algumas entrevistas sublinharam esse factor.

É mais fácil mobilizar pelo Não do que mobilizar pelo Sim. (Paulo Vieira, Movimento Jovens Pelo Sim)

O Sim devia ter feito uma campanha mais afirmativa e também pela vida. Porque também é a vida que está aqui em causa, a vida da mulher, a sua saúde, a vida dos futuros filhos que pode ficar comprometida com uma infertilidade resultante de um aborto mal feito. (E5, Associação, Faro)

O leque de argumentos utilizados pelo Sim pela Tolerância centrou-se essencialmente na realidade do aborto clandestino, problema pessoal e social, e na saúde pública: a lei proibitiva e penalizadora existente, ao remeter milhares de mulheres para a clandestinidade, especialmente as mais carenciadas, colocava em perigo a sua saúde física e psicológica. Os dados estimados por organizações internacionais, como a OMS, apontavam para um número muito elevado de abortos clandestinos, facto que devia ser combatido, enquadrando-o e regulando-o, respeitando a decisão da mulher e proporcionando-lhe condições seguras e dignas.

Somos um movimento plural que integra cidadãos dos mais variados quadrantes da sociedade e que não quer ficar indiferente à realidade do aborto clandestino (...). Temos consciência de que o aborto clandestino é um grave problema de saúde pública que afecta milhares de mulheres por ano e que representa a segunda causa de morte materna e a primeira entre adolescentes no nosso país. (Manifesto do movimento Sim pela Tolerância)

No entanto, a exigência do respeito pela decisão da mulher não foi integrada num discurso emancipador assente na autonomia e responsabilidade das mulheres enquanto cidadãs, mas antes numa concepção de mulher-vítima que recorria ao aborto apenas por necessidade, na sua grande maioria por razões socioeconómicas, e cuja decisão era muito difícil para ela. Por esse motivo era pedida tolerância. Um dos lemas mais difundidos pelo Sim pela Tolerância foi aliás “Quem sou eu para condenar?”. Pedia-se então à população que tivesse compaixão para com as mulheres que, embora fazendo algo negativo (a prática do aborto), só o faziam após muita ponderação e por um “estado de necessidade”.

Entendemos que, qualquer que seja a posição quanto à IVG, ninguém pode julgar e condenar quem tenha a necessidade de o realizar. (...) Nós não somos um movimento a favor do aborto. Somos, sim, um movimento de quem pensa que a mulher que decide interromper uma gravidez,

por falta de condições económicas, afectivas, familiares, de saúde ou outras, não pode ser tida como criminosa. (Manifesto do movimento Sim pela Tolerância)

Depreende-se deste discurso pró-escolha que o recurso ao aborto, não devendo ser condenado penalmente, poderia continuar a sê-lo moralmente. Tal reprovação do ponto de vista moral foi aliás a principal aparente contradição que o movimento anti-escolha apontou aos seus oponentes – se o aborto era intrinsecamente mau, por que razão despenalizá-lo e associar o Estado a este “crime” moral?

Obviamente que há uma coisa em que nós estamos de acordo, o Sim e o Não, é que de facto o aborto clandestino existe e deve ser combatido. Agora, em que é que nós diferimos? É que o Sim acha que deve ser combatido legalizando-o e nós achamos que ele deve ser combatido atacando as causas. Portanto, nós queremos é eliminar o aborto, enquanto o Sim não quer eliminar o aborto, só quer eliminar o clandestino. (...) É uma realidade que é má, mas é má porque há um acto que se pratica que é mau, que é o aborto, que elimina uma vida e é violentíssimo para a saúde física e psíquica da mulher, mas legalmente continua a ser um acto mau. (...) É um bocado deitar areia para os olhos, desculpem a expressão, mas fazendo crer que não, que eles são contra o aborto, quer dizer! Então se eles são contra o aborto deviam estar do nosso lado e responder também Não à pergunta! (Isabel Fonseca, Movimento Norte pela Vida)

Tal analogia poderia ter sido evitada, ou pelo menos complexificada, se este argumento tivesse sido sustentado por outros, nomeadamente o da autodeterminação da mulher em qualquer circunstância e como o único Ser apto a decidir legitimamente sobre um tema que só a ela diz respeito. Se a mulher fosse entendida como pleno sujeito de direitos, incluindo a autonomia, o direito à Saúde Sexual e Reprodutiva (SSR) e à maternidade consciente e responsável, o estatuto de “vítima” seria então substituído pelo de cidadã com livre arbítrio. Ainda que integrado numa estratégia consciente, resultante das especificidades sociopolíticas e culturais do país – designadamente o conservadorismo moral e patriarcal dominante em alguns sectores –, este argumentário de sinal negativo face ao aborto e vitimizante face à mulher continuou a ser uma linha discursiva comum entre defensores/as da despenalização.¹⁸

O aborto é uma coisa terrível que marca as pessoas, que traumatiza as mulheres, que as faz sofrer. É uma decisão dolorosa, ninguém está a discutir isto. O que estamos a discutir é exactamente a mulher ter a possibilidade de quando decide fazer isto de forma consciente, livre

¹⁸ Já em 1986, Abranches e Ferreira haviam realçado a recorrência com que as práticas abortivas eram designadas pelos sectores pró-escolha como “calamidade social; chaga social; flagelo; situações aviltantes; violações da dignidade humana” ou ainda posições como “Eu por mim sou contra; nunca fiz, nem farei, nem ajudarei a fazer; o aborto fere a minha sensibilidade”, o que, segundo elas, revelava que essas categorizações “não passam, afinal, de variantes do discurso conservador” (1986: 486-487). A análise do debate parlamentar de 1998 levou igualmente Peniche a afirmar que “a maternidade é vista [pelos/as deputados/as parlamentares] como norma e o aborto como desvio daquilo que é a função natural e primeira da mulher: a maternidade. (...) É um acto tolerado mas não aceite (...). O acto abortivo e a mulher que a ele recorre continuam situadas no campo do delito moral” (2007: 151).

e esclarecida, o fazer em condições clínicas, mais nada, é só isto que estamos a discutir, pronto. (João, assistente social)

Muitas mulheres morrem por hemorragia por fazerem abortos sem condições. Não se pode decidir por outros porque não se sabe as condições em que esses estão para tomarem uma decisão tão difícil. (E1, Associação, Funchal)

Este tipo de discurso censório sobre a prática do aborto permitiu aos movimentos anti-escolha veicular um dos seus principais argumentos: o de que a melhor forma de “acabar com o aborto” não era a legalização mas antes, a montante, o combate às suas causas, designadamente a falta de apoio às famílias (em particular às mais carenciadas); o insuficiente número de equipamentos sociais; a escassez de instituições públicas ou subsidiadas de apoio à mulher e à criança ou ainda a deficiente divulgação do planeamento familiar. Alguns destes apelos foram frequentemente interpretados pelos defensores/as do Sim como sinal de demagogia e hipocrisia por parte dos sectores conservadores, tradicionalmente avessos a medidas como a educação sexual em meio escolar ou o livre acesso a métodos contraceptivos. Acresce que para o “Sim” estas e outras medidas e a despenalização da IVG eram políticas complementares e indissociáveis.

Por parte dos movimentos anti-escolha houve uma recusa constante sobre a possibilidade de a mulher decidir abortar, independentemente do motivo. Associada a esta recusa esteve o argumento da indispensável protecção da vida intra-uterina e o de que o direito ao aborto implicaria a “liberalização” do aborto ou o “aborto livre”, expressões referidas amiúde e portadoras de uma forte carga pejorativa. Invocar o fantasma da proliferação de abortos numa sociedade em que o aborto é reprovado por grande parte da população revelou-se um argumento poderoso para intimidar parte da população que equacionava ainda o seu sentido de voto.

Ao contrário da lei vigente, o sistema do *aborto livre* ou *a pedido*, objecto do presente referendo, permite a prática do aborto em todas as circunstâncias não o restringindo à verificação de quaisquer *indicações*. Para que seja lícito basta que a mulher grávida manifeste a sua vontade de abortar. (...) Deste modo a legalização do *aborto livre* durante as dez primeiras semanas de gravidez constitui a admissibilidade de uma prática arbitrária e de simples conveniência destinando-se a cobrir, sobretudo, casos a que não corresponde qualquer motivo sério de carácter médico ou económico-social. (...) A resposta Sim ao referendo conduz a um sistema onde, até as dez semanas, o feto é um nada que pode destruir-se impunemente ao sabor de qualquer capricho. (Movimento Juntos pela Vida)¹⁹

¹⁹ Fonte: www.juntospelavida.org, consultado a 06/10/2007.

Uma leitura atenta deste e doutros excertos das entrevistas realizadas e dos materiais analisados permitiram verificar que, aqui, o cerne do “problema” era o de um aborto poder ocorrer única e exclusivamente por opção da mulher, o que para activistas anti-escolha significava “sem justificação”, “sem motivo”, “arbitrariamente”, “ao sabor de qualquer capricho”. Não era reconhecido à mulher capacidade, autoridade, legitimidade, discernimento e autonomia para tomar uma decisão que teria implicações directas sobre a sua vida presente e futura.

No campo pró-escolha a variedade de representações sobre o aborto, a sexualidade, a maternidade e a mulher aparece-nos como mais difusa, e por vezes contraditória, do que no campo anti-escolha. Com efeito, nos movimentos anti-escolha existe homogeneidade no reconhecimento de que o direito do embrião deve prevalecer sobre o direito da mulher em decidir, excepto nos casos já consagrados,²⁰ e que o aborto é uma prática condenável e censurável do ponto de vista, moral, ético e/ou religioso. Acredita-se ainda que a lei deve condenar o aborto, havendo no entanto diferentes perspectivas acerca do tipo de pena (moral, civil, penal, etc.) e todos/as se identificam como sendo “pela Vida”. No movimento pró-escolha, pelo contrário, o espectro de perspectivas e abordagens é amplo e diverso. Até mesmo dentro do núcleo duro do argumentário há quem divirja. Algumas vozes, ao considerarem que a mulher deve recorrer ao aborto apenas em último recurso, reproduzem uma avaliação moral, embora discordem de que a mulher possa ser alvo de processo criminal. Há divergência quanto ao argumento de que a mulher tem o direito ao corpo, com vozes favoráveis e outras discordantes. Finalmente, há quem ache, citando o exemplo espanhol, que a lei existente chegaria mas que, dado esta não ser aplicada de forma abrangente, então deveria ser mudada. Ou seja, no seio do campo pró-escolha, as posições eram mais diversas, e por vezes até conflitantes, do que no campo anti-escolha. Dito de uma outra forma, a “defesa da vida” parece mais mobilizadora e unificadora no campo do “Não” do que os direitos das mulheres no campo do “Sim”. Não existe, portanto, equivalência discursiva ao nível do impacto simbólico. E este é também, quanto a nós, um dado fundamental para perceber o discurso vitimizante e de apelo à tolerância adoptado pelo activismo pró-escolha durante esta fase. A ausência de um discurso marcadamente feminista por parte do Movimento Sim pela Tolerância não se prendeu apenas com uma estratégia “eleitoral”. A sua ausência também permitia, acreditava-se, uma maior união e mobilização entre os/as defensores/as da despenalização. Por exemplo, vários/as dos/as nossos/as entrevistados/as excluíram qualquer

²⁰ Sendo que uma clara minoria e a Igreja Católica discordam da lei de 1984, considerando que em nenhum caso se justifica abortar. Mesmo assim, quer em 1998 quer em 2007, foram muito residuais os que assumiram tal posição.

referência ao argumento do direito ao corpo. Outros/as sublinharam, frequentemente de modo exclusivo, as circunstâncias socioeconómicas como condição para o direito a decidir, reforçando o regime de excepção de ilicitude apenas para a mulher-vítima. De algum modo sintomática dessa “divisão” foi a discordância quanto ao uso de um discurso feminista nas campanhas – uns/umas qualificam-no de demasiado “radical” pelo seu teor e/ou impacto na população, advogando que produz efeitos contrários aos pretendidos e que terá contribuído para os resultados obtidos em 1998; outros/as, embora com menor incidência, acharam precisamente o contrário.

Eu acho que a gente, em 1998, perdeu por aquela história de *somos tão tolerantes, não é? É [o aborto] é uma coisa muito má, muito má, mas....* Isso foi exactamente porque se perdeu e não a questão da *minha barriga mando eu*. (E32, Profissional de Saúde)

Em 1998, havia argumentos extremos, pouco razoáveis dos dois lados. (Carolina Fonseca, Jovens do BE)

A campanha dos partidos políticos pró-escolha foi, a esse nível, mais afirmativa. Um dos lemas mais recorrentes do material de divulgação do PCP foi “Sim ao direito a optar. Sim ao direito a decidir!”. Contudo, logo depois, figuravam frases visando moderação e um maior consenso:

Contra o aborto clandestino! Sim, pela saúde, pela vida e pela dignidade das mulheres / Sim, para enfrentar um problema social e humano que a todos diz respeito/ Sim, pelo reforço da educação sexual e do planeamento familiar/ Sim, por uma maternidade e paternidade conscientes e responsáveis/ Sim, por mais solidariedade e menos desamparo/ Sim! Por mais tolerância e menos hipocrisia.

A UDP e o PSR foram os partidos que recorreram a um argumentário e materiais de campanha mais arrojados. Estes focavam incisivamente o controlo sobre o corpo das mulheres que uma lei proibitiva impõe; as posições conservadoras da Igreja sobre educação sexual e planeamento familiar; ou ainda antigas ligações da Igreja a perseguições e a regimes ditatoriais.²¹ Foi neste sentido uma campanha agressiva, que para alguns/mas activistas pró-escolha pode ter tido efeitos contraproducentes.

²¹ Excertos de um panfleto da UDP: “As mulheres não são máquinas de reprodução”; “Não mais os tempos das velhas inquisições e do controlo do poder religioso e estatal sobre o ventre das mulheres”; “A intolerância e as concepções fundamentalistas sobre o direito à vida acabam por se transformar na negação da própria vida para milhares de crianças que, por todo o mundo vivem à margem da sociedade, na degradação mais atroz, em redes de prostituição, e de negócio fácil”. Excerto de um folheto das mulheres do PSR: “Sobre o meu corpo só eu posso decidir! Na minha vida quem manda não é o médico, o juiz ou o papa. Sou eu!” (Fonte: Folhetos do PSR, 17 de Maio 1998, e UDP, Abril 1998).

O conjunto de argumentos e contra-argumentos usados pelo Sim pela Tolerância incluiu ainda outros princípios relacionados com a dignidade da mulher, o respeito pelas diferentes convicções, a maternidade e paternidade conscientes, a necessária conjugação entre uma maior divulgação e acesso ao planeamento familiar e a despenalização, o facto de ninguém ser obrigado a abortar ou a ineficácia e desumanidade da lei existente.²²

Para além do supramencionado, a não existência de julgamentos de mulheres por prática de aborto²³ foi outro elemento crucial para as dificuldades que o movimento pró-escolha enfrentou. Tratava-se de alertar para uma possibilidade que jamais fora aplicada anteriormente desde a mudança legislativa em 1984 – a de uma mulher ir a julgamento e ser condenada por aborto – e, portanto, para muitos/as, mais abstracta e alarmista do que concreta e factual.²⁴ Na verdade, a prática social existente, socialmente aceite, e a não aplicação até então das penas previstas na lei contribuíram para os resultados obtidos no referendo a 28 de Junho. Esse era aliás um dos argumentos anti-escolha – nenhuma mulher tinha sido, nem seria, julgada – para justificar a manutenção da lei: “Em 1998 havia ainda aquele *grande* argumento do “Não” que dizia: *Nenhuma mulher vai a julgamento, por amor de Deus, deixem-se de tretas!*” (E33, Profissional de Saúde). A promoção de um Estado Paralelo (Santos, 1997) no qual predominam leis e normas informais, tão característico de Portugal, foi assim visivelmente advogada quer pelos diversos movimentos anti-escolha quer pela Igreja Católica, argumentando que, no caso do aborto, as funções reguladoras, pedagógicas e simbólicas da lei, e não o seu efectivo poder coercivo, seriam fundamentais para que a sua condenação moral continuasse explícita e evitasse a “liberalização” do aborto.

(...) A lei deve acompanhar a Constituição e deve dizer às pessoas *isto é ilícito, isto constitui violação do dever para com todos e para com o Estado*, mesmo que não se puna (...). O aborto, se se optar pela não criminalização, fica igual a todas as condutas que não interessam minimamente ao Direito. (...) Passa a ser uma decisão interior de cada um, passa a ser uma decisão de consciência e portanto o direito desinteressa-se. (Paula Faria, Movimento Norte pela Vida)

É preferível continuar a ser assim, mantendo a criminalização o seu importante efeito pedagógico e dissuasor ou aceitar a despenalização conduzindo ao aborto muitas mulheres que não poriam essa hipótese por ser considerado crime e penalizado como tal? (Margarida Brito Correia *in* www.juntospelavida.org)

²² Fonte: Material de divulgação do Movimento Sim pela Tolerância e UMAR (1999).

²³ À excepção do julgamento de Conceição Massano em 1979.

²⁴ Curiosamente, este pareceu ser um factor pouco relevante na óptica dos/as nossos/as entrevistados/as que, referindo-se à campanha e resultados de 1998, deram sobretudo primazia a outras causas, nomeadamente às divergências internas dentro do próprio movimento pró-escolha e aos obstáculos levantados pelos seus oponentes. Tal parece confirmar as debilidades estruturais e conjunturais, intra e extra movimento, aquando do referendo de 1998. No entanto, no que concerne ao contexto existente em 2007 e respectivo referendo, o impacto dos julgamentos mediáticos a partir de 2001 foi, desta vez, mencionado como sendo de crucial importância para a vitória do Sim.

Ao longo da campanha, outros motivos para votar “Não” foram invocados, nomeadamente a (alegada) pouca fiabilidade dos dados existentes sobre os contornos do aborto clandestino, a não participação do progenitor masculino na decisão, a possibilidade de o aborto passar a ser um método contraceptivo ou ainda a frequência de traumas e depressões pós-aborto alegadamente verificada nos países em que este é permitido.

A campanha terminou a 26 de Junho de 1998, após intensas semanas de debate. No dia 28 de Junho, as expectativas dos/as activistas pró-escolha eram muito elevadas. Todos/as, ou quase, acreditavam que seria este o dia em que a despenalização da IVG seria decidida em Portugal.

2.3. Resultados e impactos do Referendo de 1998

Numa votação em que a abstenção atingiu os 68,1%, a 28 de Junho de 1998, o “Não” à despenalização da IVG venceu por uma margem mínima: 50,09% dos votos expressos foram contra a mudança da lei, face a 49,1% a favor da despenalização. Uma observação cuidada dos resultados do referendo permite realçar que houve uma divisão clara no país, com o Norte e parte da Região Centro a votar maioritariamente anti-escolha e as localidades mais a Sul a votarem pró-escolha. Este corte geográfico do país reflecte em grande medida o peso da Igreja Católica no Norte face ao Sul aparentemente mais laico. De referir ainda que a votação nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, em que o “Não” venceu com uma assinalável diferença face ao “Sim” (82,3% e 76,1% respectivamente), foi decisiva para os resultados obtidos.

Os elevados níveis de abstenção são frequentemente identificados como a causa principal dos resultados obtidos neste referendo. O estudo desenvolvido por Baum e Freire (2001) apontou factores políticos, em detrimento de socioestruturais, como os factores explicativos prevaletentes: “A participação diferencial que prejudicou sobretudo a Esquerda (bastante mais o PS mas também o PCP) foi a chave essencial dos resultados de 1998” (Freire, 2001: 9-42). A falta de envolvimento do PS na campanha surge assim como um factor decisivo para o resultado obtido. Outros factores salientados pelos/as entrevistados/as incluíram a participação activa e culpabilizadora da Igreja Católica; o passado ditatorial do país e a conseqüente falta de participação na consulta popular; a campanha unida e agressiva em torno da “vida” dos movimentos anti-escolha; a desarticulação e pouca combatividade dos sectores pró-escolha e o seu excesso de confiança na vitória, confortada pelas sucessivas sondagens reveladas durante a campanha.

Contudo, o leque de factores explicativos dos resultados e da fraca votação não se esgota aqui. Com efeito, factores como a discordância com a via referendária; o facto de a

prática social existente descoincidir da norma legal vigente sem que isso se traduzisse em sanções na esfera da justiça, ou seja, na aplicação da lei; o fim-de-semana estival em que decorreu o referendo; ou ainda o facto de o tema do aborto ser tido por muitos/as como uma questão que “apenas” interessaria às mulheres e de foro individual (e não de direitos humanos) contribuíram para o resultado final em 1998. Outro factor explicativo dos resultados foi, na nossa opinião, o desconhecimento face aos termos utilizados na pergunta, criticados em algumas instâncias por serem porventura demasiado técnicos ou apresentados numa estrutura gramatical pouco clara. Por exemplo, em meio rural e para pessoas de uma geração anterior a 1974 era mais frequente falar-se em “desmancho” do que em aborto. Tal trabalho de tradução de sentidos ou equivalências semânticas não foi desenvolvido pelos/as activistas pró-escolha, o que teria sido importante, sobretudo quando este era o primeiro grande momento de participação popular sobre o tema.

Apesar da diferença de votação ter sido mínima e do referendo ser juridicamente inválido porque não vinculativo, o PS optou por respeitar a opinião expressa nas urnas. Na sequência do referendo, cerca de 20 instituições auto-designadas de “apoio à vida” foram criadas. Por sua vez, as associações envolvidas na Campanha de 1998 continuaram o seu trabalho nas suas respectivas áreas de actuação e foi relançada a Plataforma Pelo Direito de Optar. Apesar de o referendo de 1998 ter significado um retrocesso no reconhecimento dos direitos das mulheres ao consagrar a norma penal existente, os esforços e o trabalho desenvolvido não foram em vão. Alguns avanços posteriores ao referendo, registados na educação sexual e no planeamento familiar – de que é exemplo a publicação da Lei n.º 120/99 (sob proposta do PCP), referente ao “Reforço das Garantias do Direito da Saúde Reprodutiva”, ou ainda a venda livre da pílula do dia seguinte assim como a sua disponibilização gratuita nos centros de saúde e em estabelecimentos autorizados para o efeito, a partir de finais de 2000 – foram resultados não subestimáveis do referendo. Para além do mais, foi na sequência do referendo e potenciado por este que três pequenos partidos políticos decidiram agregar-se formando um novo partido político na esfera partidária, o Bloco de Esquerda (BE), que fez da despenalização do aborto uma das suas principais causas. Por fim, as parcerias e a participação activa de diversas organizações, activistas e cidadãos e cidadãs criou alicerces para o fomento do trabalho em conjunto e capacitou e motivou muitos/as intervenientes para iniciar ou permanecer na esfera do activismo pelos direitos sexuais e reprodutivos e empenharem-se no reforço e aprofundamento da democracia em

Portugal. Nessa medida, o referendo de 1998 terá representado mais um passo importante no longo caminho que a despenalização da IVG teve de percorrer em Portugal.

3. Entre referendos: Julgamentos e Acção Colectiva

A vitória do “Não” à despenalização no referendo de 1998 e a consequente consagração da norma penal existente originou, em pleno século XXI, a realização dos primeiros julgamentos por prática de aborto em Portugal que voltaram a introduzir o tema na agenda pública e política e acções por parte da sociedade civil e de partidos. Após as eleições legislativas de 2002, a coligação de Direita entre o PSD e o CDS-PP assumiu o compromisso de não alterar nem referendar a lei sobre o aborto. Quando Pedro Santana Lopes era Primeiro-Ministro e Paulo Portas o Ministro de Estado da Defesa e dos Assuntos do Mar, surge, a 23 de Agosto de 2004 e a convite de quatro organizações portuguesas, o *Borndiep* – rapidamente denominado de Barco do Aborto pelos meios de comunicação social – da organização não governamental holandesa *Women on Waves*, defensora e promotora dos direitos das mulheres.

A campanha Fazer Ondas, desenvolvida entre os dias 29 de Agosto e 12 de Setembro 2004, foi conturbada e polémica, inclusive no seio dos/as activistas pró-escolha.²⁵ No entanto, parece inegável que esta conseguiu atingir muitos dos objectivos propostos, nomeadamente ao relançar definitivamente o tema da legalização do aborto na opinião pública, mantendo-o como assunto de abertura dos espaços noticiosos durante duas semanas e alertando para a necessidade de mudar a lei. De entre os vários efeitos desta campanha, salientamos a decisão de criar a associação Médicos Pela Escolha, que viria a desempenhar um papel de relevo em 2007, e o envolvimento de muitos/as jovens voluntários/as nesta temática, contrariando a abstenção que havia caracterizado a consulta popular em 1998. Um outro interessante efeito da campanha Fazer Ondas foram as sondagens de opinião realizadas após a vinda do barco. Com efeito, uma sondagem efectuada pela estação de televisão SIC, pelo semanário *Expresso* e pela Rádio Renascença após o fim da campanha revelou que mais de 66% da população havia discordado da decisão do Governo em vedar a entrada do *Borndiep* em Portugal, face a apenas 19,5% que apoiaram a medida. Esta sondagem evidenciou ainda um apoio significativo para com a Campanha, pois 63,9% (contra 18,6%) dos/as inquiridos/as consideraram que o “barco do aborto” era uma iniciativa útil e positiva. No mesmo sentido, uma sondagem telefónica realizada pelo *Diário de Notícias* e a TSF mostrou que 80% dos

²⁵ Para uma análise detalhada da Campanha Fazer Ondas consultar o relatório do projecto disponível na biblioteca do CES ou Duarte (2007).

inquiridos eram a favor da realização de um novo referendo e que 60% defendiam a despenalização do aborto. Mais um passo tinha sido dado na história da despenalização do aborto em Portugal.

Um dia após a partida do barco surgiu a notícia de que uma jovem de 21 anos, acusada de ter provocado uma IVG com Misoprostol quando tinha 17 anos, seria julgada num tribunal em Lisboa. Os processos e julgamentos por aborto sucediam-se e o mal-estar e incómodo que as consequências de uma lei penalizadora estavam a gerar também. Ainda que diminuta, tendo em conta os cerca de 18 mil abortos clandestinos estimados por ano em Portugal, a sucessiva aplicação de uma lei que durante anos não tinha passado do papel revelou a violência exercida sobre as mulheres que esta lei pressupunha, sujeitando-as a expor na praça pública a sua vida íntima e privada. Também entre os/as opositores/as à despenalização da IVG crescia a percepção de que estas medidas de coacção eram excessivas e inadequadas. Ouviam-se cada vez mais vozes propondo sanções alternativas aos julgamentos e penas de prisão.

A dissolução do Parlamento pelo Presidente da República Jorge Sampaio, em Dezembro de 2004, originou a convocação de eleições legislativas antecipadas em Fevereiro de 2005. No seu programa eleitoral, o PS, encabeçado por José Sócrates, comprometia-se a convocar um referendo sobre o aborto e ao empenhamento do seu partido na vitória do “Sim”. Com o alcance da maioria absoluta socialista nas eleições de 20 de Fevereiro de 2005 iniciou-se, de novo, o processo visando a realização de um referendo sobre a despenalização da IVG. No entanto, obstáculos de diversas ordens remeteram a convocação do referendo para Fevereiro de 2007, dois anos depois da eleição do novo Governo e um ano após a eleição do novo Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva. A 19 de Outubro 2006, foi discutida e aprovada na Assembleia da República a realização de uma nova consulta popular sobre a IVG. O Presidente da República, Cavaco Silva, convocou então o referendo para 11 de Fevereiro 2007. Esta decisão foi interpretada pelos sectores pró-escolha como uma oportunidade imperdível – todos/as sabiam que caso o “Não” voltasse a vencer, muito dificilmente se conseguiria alterar a lei nos próximos anos.

4. O referendo de 2007: caracterização dos/as agentes envolvidos/as

À semelhança de 1998, os movimentos de cidadãos/ãs, os partidos políticos e a Igreja Católica foram os/as agentes com maior intervenção nos meses precedentes à consulta popular.

Foram 19 os grupos de cidadãos/ãs eleitores/as que se constituíram para a campanha do referendo, sendo que 14 eram contra a mudança da lei e 5 a favor.²⁶ Contrariamente ao sucedido em 1998, ambas as posições optaram por multiplicar o número de movimentos. Contudo, a discrepância numérica foi notória: os movimentos anti-escolha foram em número quase três vezes superior aos movimentos pró-escolha. Segundo os/as representantes dos movimentos pró-escolha por nós entrevistados/as, essa diferença numérica constituiu sobretudo uma vantagem para os movimentos anti-escolha no que se reporta aos tempos de antena, visibilidade mediática, financiamento e efeito simbólico sobre a opinião pública, ao veicularem a imagem de que os/as opositores/as à alteração da lei eram em maior número do que quem advogava a sua mudança. Porém, é importante salientar que enquanto os movimentos pela despenalização eram de âmbito nacional (tendo cada um diversos núcleos locais) e independentes entre si, a lógica subjacente aos movimentos oponentes foi diferente. Com efeito, a Plataforma Não Obrigada foi como que o movimento aglutinador dos outros grupos que eram essencialmente de âmbito regional, o que, em certa medida, relativiza a diferença numérica existente.²⁷ Outra diferença notória foi o aparecimento do lado pró-escolha de três movimentos cuja base social de apoio foi manifesta e estrategicamente direccionada: os Médicos pela Escolha, composto por profissionais de Saúde; os Jovens pelo Sim, constituído por associações juvenis, membros de juventudes partidárias e jovens a título individual; e o Movimento Voto Sim formado, na sua grande maioria, por deputados/as do PS, do PSD e do BE e artistas nacionais. A criação de cinco movimentos em vez de um, como sucedera em 1998, foi interpretada pelos/as nossos/as entrevistados/as pró-despenalização como uma importante mais-valia, permitindo uma pluralidade de vozes e argumentos assim como a participação e cativação de diversos segmentos da população, o que se traduziu na votação.

O que nós temos no Sim é que temos cinco movimentos, acho que convém lembrar que em 1998 só tivemos um, portanto o Sim conseguiu perceber que há vários públicos para quem tem que falar e por isso criou também alguma diversidade ou respostas. Os Jovens será o exemplo mais claro de públicos para quem pretende falar, mas acho que se nota claramente, nos movimentos do Sim é, que cada voz acrescenta um argumento. (Andrea Peniche, Movimento Voto Sim, 30/01/2007)

²⁶ Os movimentos anti-escolha foram: Plataforma Não Obrigada; Norte pela Vida; Minho com Vida; Vida Sempre; Escolha a Vida; Mais Aborto Não; Liberalização do Aborto Não; Algarve pela Vida; Juntos pela Vida; Aborto a Pedido? Não!; Guard'a Vida; Alentejo pelo Não; Diz Que Não; e Diz Não à Discriminação. Os movimentos pró-escolha foram: Movimento Cidadania e Responsabilidade pelo Sim; Em Movimento Pelo Sim, Interrupção voluntária da gravidez – A Mulher decide, a Sociedade respeita, o Estado garante; Médicos pela Escolha; Movimento Voto Sim e Jovens pelo Sim.

²⁷ Ainda que tendo cada um material de informação e divulgação próprio e enfatizando determinados argumentos consoante a realidade local, a Plataforma Não Obrigada foi ao longo de toda a campanha o elo de ligação entre os vários grupos, centralizando alguns dos principais recursos (financeiros, logísticos, informacionais).

A necessidade de criação de espaços diferenciados de participação e o desejo de dar visibilidade e voz a novos/as intervenientes esteve assim na origem destes cinco movimentos. Embora o núcleo central de argumentos destes movimentos tenha convergido sobre o aborto clandestino enquanto problema de saúde pública; a ineficácia da lei e a desumanidade dos julgamentos que dela decorriam; o respeito pelas escolhas de consciência e sobre Portugal como um dos últimos redutos europeus a criminalizar o aborto e a levar as mulheres a tribunal, a diversidade e especificidade intrínseca a cada movimento permitiu uma adaptação dos discursos e estratégias consoante o público-alvo. Esta adequação estratégica resultante da experiência adquirida em 1998 visava acima de tudo o combate à principal causa da derrota, de acordo com as nossas entrevistas: a abstenção.

Hoje acredito que existe uma maioria social na sociedade portuguesa que é a favor da despenalização do aborto e é preciso que essa maioria social se consolide em termos de voto. A ideia de que não pode existir um voto perdido é uma ideia que tem que passar. A ideia de que esta é uma questão de modernidade da sociedade portuguesa tem que passar. A ideia de que não pode haver mais julgamentos tem que passar. Tem que haver um conjunto de ideias que têm que passar e estimular as pessoas a dar o seu voto de acordo com aquilo que pensam sobre esta questão. (E23, Associação, Setúbal)

O movimento Jovens pelo Sim foi claramente aquele cujos conteúdos e acções desenvolvidas imprimiram de forma mais visível a sua marca distintiva durante a campanha, direccionada a um público-alvo: a juventude.²⁸ O estilo directo usado nos panfletos e o grafismo dos mesmos, visualmente apelativo; a linguagem utilizada; os *spots* televisivos com referentes às culturas juvenis e a aposta nas novas tecnologias de informação (nomeadamente a internet) para difundir a sua mensagem são disso o exemplo. Ainda nesse âmbito, uma das maiores novidades desta Campanha residiu no surgimento de profissionais de Saúde pró-escolha organizados. O papel dos Médicos pela Escolha foi decisivo para a quebra do aparente unanimismo existente na classe médica e para legitimar e credibilizar perante a opinião pública o discurso pró-despenalização. Esta análise é corroborada por vários/as dos/as nossos/as entrevistados/as.

Outra pedrada no charco foi exactamente o aparecimento da associação [Médicos pela Escolha]. (...) Foi quebrar a unanimidade que aparentemente na sociedade dizia que os médicos tinham. (...) E isso acho que teve muita influência junto de muita, muita gente, essa quebra de unanimidade em relação à posição médica da questão. (E33, Profissional de Saúde)

²⁸ Refira-se a esse respeito que a meio da campanha os movimentos anti-escolha anunciaram a criação de um novo movimento: os Jovens pelo Não. O objectivo subjacente a tal iniciativa visava tentar quebrar a aparente unanimidade no seio da juventude em torno do voto Sim. Saliente-se, no entanto, que este movimento não passou, na realidade, de uma declaração retórica.

Acho que os Médicos pela Escolha tiveram um papel super importante porque aquelas coisas de *não, nós é que sabemos*, os outros da Igreja a dizer *não, nós é que sabemos!*. E eles disseram *não, não, desculpem lá! Nós somos profissionais de Saúde e os profissionais de Saúde têm aqui uma legitimidade acrescida*. Acho que foi um grande trunfo que nós tivemos. (João, assistente social)

Os Médicos pela Escolha foram frequentemente (e mais uma vez estrategicamente) os/as oradores/as privilegiados/as pelos movimentos pró-escolha – a par com os Profissionais de Direito –, nomeadamente nos momentos de maior visibilidade mediática como os grandes debates ou os directos televisivos.

A defesa da vida e a recusa da suposta liberalização do aborto que a despenalização implicaria foram, à semelhança de 1998, os principais argumentos dos/as opositores/as à mudança da lei.

Achamos que se está a pôr em causa a vida que é o primeiro dos direitos fundamentais, o primeiro de todos os direitos, e achamos que isso é de tal forma importante e essencial defender esta causa que decidimos reunir. (...) Aquilo de que nós temos certeza é que estamos todos unidos pela mesma mensagem, que é dizer Não ao aborto livre neste referendo, que é defender a vida. (Isabel Fonseca, Norte pela Vida)

Contudo, os diversos julgamentos ocorridos na sequência do reforço simbólico da lei decorrente dos resultados de 1998 geraram incómodo e perplexidade em muitos/as opositores/as à mudança da lei, levando-os/as a formular hipotéticas alternativas aos julgamentos das mulheres. O leque de argumentos utilizados pelos/as anti-escolha foi muito mais abrangente e diversificado do que em 1998, fruto, seguramente, da mudança contextual introduzida pelos julgamentos tidos, por um número crescente de pessoas, como uma medida inaceitável e/ou inadequada para a prática do aborto. Era cada vez mais perceptível na sociedade portuguesa a existência de uma maioria social a favor da alteração da lei. Cientes dessa alteração, cujos impactos semearam a dúvida até mesmo entre alguns/mas activistas anti-escolha, os movimentos pelo Não multiplicaram as frentes de ataque discursivo, o que, a determinado momento, se traduziu na formulação de diversas, e por vezes incompatíveis, propostas alternativas aos julgamentos.²⁹ Subjacente a todas estas propostas continuava a visão da mulher-criminosa, apenas diferindo a sanção que lhe era destinada. Tais propostas visavam, em última instância, consubstanciar e validar o “Não” à despenalização. Atendendo ao novo contexto, o valor absoluto da vida já não era suficiente para que mais de metade dos

²⁹ Entre as alternativas sugeridas incluía-se a criação de uma cláusula prevendo como factor atenuante para a mulher um “estado de necessidade desculpante”, proposta por Freitas do Amaral; a suspensão dos julgamentos; ou ainda a substituição de uma pena de prisão por trabalho comunitário e/ou multa defendida pelo antigo Ministro da Segurança Social e Trabalho Bagão Felix.

votantes se declarasse contra a alteração da lei vigente. Era por isso necessário sustentar a posição defendida com novos argumentos para, no mínimo, semear a dúvida no espírito dos/as defensores/as da despenalização menos convencidos/as e influenciar os/as indecisos/as. Como veremos, os resultados e as consequências do referendo de 1998 originaram de ambos os lados, mas por motivos diferentes, o recurso a discursos mais moderados. O contexto tinha mudado e os movimentos esforçaram-se por acompanhar a mudança.

No que concerne a acção dos partidos, os partidos com assento parlamentar foram aqueles que tiveram parte mais activa na Campanha. Nesse âmbito, observaram-se diferenças significativas comparativamente a 1998. Assim, o PS, agora no Governo, assumiu a defesa e a vitória da despenalização como uma das suas prioridades. O Primeiro-Ministro José Sócrates empenhou-se pessoalmente na Campanha, sendo acompanhado por ministros do Governo, estruturas e militantes do partido. A aposta numa campanha própria com os devidos meios financeiros e logísticos e a participação de alguns/mas militantes nos movimentos pró-escolha foi a forma escolhida para criar uma força anímica favorável à vitória da despenalização. Percebeu-se desde cedo que a tónica discursiva adoptada pelo PS basear-se-ia num registo moderado, considerado pelos/as seus/suas dirigentes como o mais responsável e eficaz. Foram três os eixos argumentativos privilegiados: a ênfase no problema de política criminal salientando o absurdo dos julgamentos e da penalização; o apelo ao voto numa lei equilibrada que, sem liberalizar o aborto, o enquadraria dentro de certos parâmetros permitindo assim o combate à clandestinidade e integrando as mulheres que a ele recorressem no sistema de saúde público; e o realce da legislação em vigor na grande maioria dos países europeus. Procurando evitar hostilizar os sectores mais conservadores (existentes aliás dentro do próprio partido), o lema do PS foi o “Sim Responsável”. A estratégia discursiva que iria então prevalecer ao longo de toda a Campanha foi dada pelo PS e partilhada por todos/as os/as intervenientes no campo pró-escolha. No fundo, tratou-se de procurar escapar ao combate ideológico, tentando agregar do mesmo lado quem considerava o combate ao aborto clandestino como uma necessidade e a lei existente como ineficaz, ultrapassada e desadequada. O envolvimento do PS foi um dos principais elementos diferenciadores da Campanha de 2007, o que, por certo, se revelou decisivo para os resultados obtidos.

Acho que o facto do PS, o PS Governo, o facto das pessoas sentirem que *se eu disser Sim, há um governo que implementa isto, não vou estar a perder tempo, isto há condições para...*, acho que ajudou muito. (Fátima)

Em relação ao facto de o dirigente, o Primeiro-Ministro, ter feito campanha, acho que teve um grande peso. (Marta)

O PSD, liderado por Marques Mendes, voltou a não tomar posição sobre o tema em referendo. Os motivos invocados foram os mesmos que em 1998: considerando a questão do aborto uma decisão de consciência individual, entendeu que não deveria dar qualquer orientação ou disciplina de voto a deputados/as e militantes. Porém, a atitude menos peremptória por parte do líder do PSD, comparativamente à que Marcelo Rebelo de Sousa adoptou em 1998, terá por certo contribuído para uma maior divisão do partido sobre este tema, ainda que a maioria continuasse contra a mudança da lei.³⁰

O PCP e o BE, ambos a favor da despenalização, apostaram, à semelhança do PS, em campanhas próprias e na integração de movimentos de cidadãos/ãs por parte de alguns dos seus membros. Contrariamente ao sucedido em 1998, o BE optou, na linha dos restantes intervenientes activos no campo pró-escolha, por enfatizar os motivos mais consensuais para o voto favorável à pergunta colocada em referendo. O direito à escolha e ao corpo desapareceram, assim, quase por completo dos discursos públicos. A única prioridade era a vitória do Sim e tudo aquilo que fosse interpretado como eventualmente prejudicial – leia-se um discurso ideológico de Esquerda e feminista – foi subalternizado. Um dirigente nacional do BE referiu a esse respeito: “tentamos evitar repetir os erros que foram cometidos no referendo de 1998” (*Diário de Notícias*, 04/02/2007). Assim, o campo da Esquerda parlamentar apareceu unido (e empenhado) em prol da despenalização da IVG, contrariamente a uma Direita dividida em que só o CDS-PP fez campanha enquanto organização pelo Não. Este facto foi, sem dúvida, um factor importante para os resultados obtidos no referendo.³¹

Finalmente, se inicialmente – na sequência de declarações algo dúbias de Dom José Policarpo³² – a Igreja Católica pôde parecer menos empenhada em desenvolver uma campanha activa, rapidamente pudemos observar que tal não foi o caso. De facto, numa nota pastoral intitulada “Razões para escolher a vida”, o Conselho Permanente da Conferência Episcopal Portuguesa declarou:

O aborto não é (...) uma questão exclusivamente de moral religiosa. Ela agride valores universais de respeito pela vida. (...) Não podemos, pois, deixar de dizer aos fiéis católicos que devem dizer Não e ajudar a esclarecer outras pessoas sobre a dignidade da vida humana desde o seu primeiro momento. (...) Os bispos não entram em campanhas de tipo político (...) mas não podem deixar de contribuir para o esclarecimento das consciências. (*Público*, 20/10/2006)

³⁰ Esta não será contudo a única explicação. Alguns/mas deputados/as e militantes do PSD terão efectivamente, desde 1998, mudado de posição, facto para o qual terão contribuído a existência de julgamentos a partir de 2001.

³¹ Se considerarmos as conclusões do estudo de Baum e Freire (2001), por nós já referidas, este poderá ter sido o factor que maior papel teve na vitória do dia 11 de Fevereiro de 2007.

³² *Público online*, 27/09/2006.

No mesmo dia, D. José Policarpo voltou a público apelando a “todos os membros da Igreja e de todos os que defendem a vida” a participar na Campanha e, referindo-se às suas declarações anteriores, esclareceu que “não foi minha intenção negar a sua dimensão religiosa” (*Público*, 21/10/2006). Para além do mais, entre outras acções, em inícios de Janeiro a Conferência Episcopal Portuguesa promoveu uma reunião para mobilizar os bispos e sacerdotes na defesa do “Não” e definir uma estratégia em cada uma das dioceses. O entendimento de que desde o primeiro momento há uma vida humana que deve ser protegida foi o principal motivo invocado para recusar a despenalização do aborto. Paralelamente, foram também referidos o “drama do aborto clandestino” e as situações difíceis das mulheres que a ele recorrem devendo, por isso, ser ajudadas e não condenadas. Contudo, esta aparente tolerância enquadrou-se numa concepção complacente e conservadora que considerava o aborto um crime, não reconhecia o direito à autodeterminação das mulheres, nem pretendia a alteração da lei, pedindo antes clemência para que não voltasse a haver julgamentos ou condenações penais.

A legalização não é o caminho adequado para resolver o drama do aborto clandestino. (...) A luta contra este drama social deve empenhar todos e passa por um planeamento equilibrado da fecundidade, por um apoio decisivo às mulheres para quem a maternidade é difícil, pela dissuasão de todos os que intervêm lateralmente no processo (...). O aborto não é um direito da mulher. (...) A mulher tem o direito de decidir se concebe ou não. (Excertos da nota pastoral *in Público online*, 20/10/2006)

Ainda que menos frequentes do que em 1998, foram várias as declarações de bispos e padres em que as palavras utilizadas denunciaram uma visão recriminatória e censória do aborto e das mulheres que a ele recorressem. Por exemplo, o administrador apostólico da Diocese do Porto, D. João Miranda, comparou o aborto a práticas da Idade Média e qualificou-o de acto imaturo (*Diário de Notícias*, 26/12/2006); o bispo de Bragança, D. António Moreira, equiparou o aborto à pena de morte usando como termo de comparação o enforcamento de Saddam Hussein (*Público online*, 15/01/2007); e o cônego Tarcísio Alves, pároco em Castelo de Vide, ameaçou de excomunhão os fiéis que votassem “Sim”, distribuindo mesmo um boletim paroquial intitulado “A ordem para matar” em que se considerava que se o aborto fosse despenalizado “por este andar virá o tempo em que a sociedade determinará democraticamente que devem ser banidos ou liquidados os deficientes, os velhos e todos aqueles que não se integrem nos esquemas da mesma sociedade” (*Público*, 31/01/2007).

Face à campanha desenvolvida pela Igreja, o argumentário pró-escolha esforçou-se por passar a mensagem de que as convicções religiosas eram convicções pessoais, de que o Estado, sendo laico, não devia impô-las universalmente, e de que só uma lei despenalizadora permitia a cada pessoa agir de acordo com as suas convicções:

Nós não estamos a referendar as convicções religiosas de cada um. Isso permanece, ninguém contesta isso (...) Nenhum de nós tem necessariamente de manifestar as suas convicções pessoais em relação à prática do aborto. Eu posso estar a fazer campanha pelo Sim e achar que o aborto é uma coisa que eu jamais, em tempo algum, faria. Mas isso é uma convicção que permanece com cada um. O que eu não posso impor é que de acordo com as minhas convicções haja gente que esteja a ser julgada, que esteja a ser maltratada em termos de saúde, que sofra traumas psicológicos e físicos por uma convicção pessoal minha. (Carla Luís, BE)

Pesem embora as posições dominantes, apareceram vozes católicas discordantes da doutrina da Igreja Católica e da posição assumida pelas suas hierarquias. Numa “Carta aberta de crentes para crentes”, membros católicos do Movimento Cidadania e Responsabilidade pelo Sim apelaram aos crentes a votarem “Sim” no referendo porque “não é nunca pela espada da lei que a fé se afirma, mas sim pela força do testemunho de vida e pela densidade do amor ao próximo”.³³ Não julgar nem moral nem penalmente foi o apelo, ainda que o aborto fosse tido como um mal e um drama para a mulher. Todavia, num artigo de opinião publicado no *Público* em Dezembro de 2006, o discurso utilizado por alguns/mas dos/as subscritores/as da carta aberta foi mais incisivo, condenando a posição intransigente e incriminatória expressa pelo Clero e denunciando as suas contradições ao enunciar os inúmeros casos em que a vida humana é diariamente posta em causa e em que a Igreja Católica não teve intervenção:

Frustrando as melhores expectativas criadas pelas declarações equilibradas de D. José Policarpo, a interrupção voluntária do diálogo volta a ser a linha oficial. (...) Ora, mesmo quando, para quem é crente, a resposta concreta a um tal dilema possa ser tida como um pecado, manda a estima pelo pluralismo que se repudie por inteiro qualquer tutela criminal sobre juízos morais particulares, por ser contrária ao que há de mais essencial numa sociedade democrática. (...) Não nos revemos no carácter categórico e absoluto com que alguns defendem a vida nesta questão, dela desdenhando em situações concretas de todos os dias: a pobreza extrema é tolerada como *inevitável*, a pena de morte *eventualmente aceitável*, o racismo e a xenofobia é discurso vertido até nos altares. Partir para este debate com a certeza de que a despenalização do aborto é porta aberta para a sua banalização é abdicar de acreditar nas pessoas, em toda as pessoas e na sua capacidade de fazer juízos morais difíceis. Não é essa a abdição que se espera de homens e mulheres de fé. (*Público*, 21/12/2006)

³³ Alguns desses membros integravam ainda o movimento internacional Nós Somos Igreja.

Membros da associação brasileira Católicas pelo Direito a Decidir também estiveram em Portugal, participando em iniciativas públicas visando demonstrar que fé e respeito pelos direitos das mulheres não eram posicionamentos incompatíveis.³⁴

4.2. A Campanha de 2007: argumentos e estratégias dominantes

Não é demais sublinhar que o contexto em que decorreu a Campanha do referendo de 2007 foi substancialmente diferente do de 1998. Para além das mudanças verificadas nos/as agentes envolvidos/as, os vários julgamentos por aborto tornados públicos a partir de 2001 modificaram manifestamente a percepção de muitas pessoas sobre a lei existente. Podemos mesmo afirmar que o facto de a lei ter sido aplicada foi um factor decisivo para tornar visível e incómodo, para grande parte da sociedade portuguesa, o carácter repressivo dos seus pressupostos. Os/as intervenientes no movimento pró-escolha, cientes dessa mudança, centraram a Campanha no argumento da desadequação de uma lei – que não só fracassava no combate ao aborto clandestino como o fomentava, que remetia para a esfera da justiça o tema do aborto, e que implicava levar mulheres à barra dos tribunais – para defender a necessidade da sua alteração. “Julgamentos por aborto? Nunca mais!” foi o lema da campanha mais frequente no campo pró-escolha para sensibilizar a população para a importância do voto favorável à mudança da lei e congregar o maior número possível de pessoas em volta desta causa. Este denominador comum revelou-se muito eficaz, pois permitiu realçar certas contradições nos discursos produzidos pelos sectores favoráveis à penalização. Ainda nesse âmbito, a ocorrência de julgamentos parece ter dado uma maior confiança aos/às activistas pró-despenalização para enfrentar mais convictamente os argumentos utilizados por opositores/as.

Os movimentos pelo Sim, hoje, têm uma força, uma força que também nos foi dada pela realidade e por esse sabor amargo que tivemos em 2001 na Maia e que nos permite dizer *nós falamos verdade, vocês mentiram*. (...) Neste momento nós já dizemos *a lei é assim e você sabe que é assim. Você assistiu, viu as mulheres da Maia, de Aveiro, de Coimbra e de Lisboa*. E acho que isso nos municia a nós, movimentos do Sim, de uma forma muito diferente. (...) Desta vez fomos nós a dar as cartas, fomos nós a dizer quais são os termos da discussão. (Andrea Peniche, Movimento Voto Sim)

Face a este novo dado, a estratégia adoptada pelo campo anti-escolha passou por multiplicar os motivos pelos quais se deveria votar “Não”, ou então não votar. A existência de uma vida que devia ser protegida; a alegada liberalização do aborto que a despenalização implicaria; e a criação de um dispositivo legal que permitisse que os processos por aborto não

³⁴ A sua participação centrou-se sobretudo na organização de debates pelo país. Refira-se ainda a presença de uma outra associação católica pró-despenalização: a organização norte-americana Católicas pela Livre Escolha.

chegassem à fase do julgamento ou não pudessem implicar prisão – foram estes os três principais argumentos. Foi contudo notória a divergência de opiniões sobre a moldura legal que deveria prevalecer, uns/umas preconizando a suspensão dos julgamentos, outros/as a despenalização sem a legalização ou outros/as ainda defendendo a descriminalização. O apelo do movimento anti-escolha era ao voto contra a despenalização nos termos em que ela era referendada – ou seja, se realizada por opção da mulher – prometendo, no entanto, que seria posteriormente encontrada uma fórmula que não implicasse julgamentos. Apelava-se, então, à manutenção de uma lei que, no fundo, ninguém queria que viesse a ser efectivamente cumprida ou aplicada.

Eu não as considero criminosas (...) Acho que elas não podem ser presas nem nada disso. Podem ter uma outra qualquer penalização (...), eu não gosto de ver mulheres condenadas mas acho que devem ser chamadas à razão de qualquer modo. (...) Não as quero ver julgadas na praça pública. Acho que isso tem que ser tratado com pinças (...). (Sónia Sousa Mendes, CDS-PP)

Claro que quando me dizem assim *Mas há crime, e não há punição? Então como é?* Mas para a população e mesmo em termos de posição legislativa não é a mesma coisa. A lei tem funções educativas em relação às pessoas e a partir do momento em que a lei se demitir destas funções vai haver necessariamente (...) um relaxamento necessário das consciências em relação aos valores, e há a tendência para abandonar os valores, progressivamente. (Isabel Fonseca, Movimento Norte pela Vida)

Esta linha argumentativa foi apontada pelos movimentos e partidos políticos pró-escolha como uma contradição, pois se ambos os campos não queriam julgamentos então a decisão lógica seria votar contra a lei existente, uma vez que apenas a despenalização impediria que vigorasse, em Portugal, uma lei somente pelas suas alegadas funções pedagógicas e simbólicas (desmentidas, de resto, pelas cifras existentes do aborto clandestino em Portugal), e não as coercivas:

[O] desencontro entre prática social e enquadramento legal existente, esta situação dúbia que aparece do lado do Não que *Sim é para manter porque não queremos, mas ao mesmo tempo não queremos passar por aqueles que mandam as mulheres para a prisão por isso então mantemos a lei mas depois reduzimos. Mantemos crime, mas crime sem pena*, não faz sentido nenhum. (...) Porque é que se deve manter uma alínea no artigo do Código Penal que em nada altera a realidade e que ainda por cima acaba por ser quase uma vergonha para o Estado de Direito nacional, que é permitir dizer-se que tem leis que não são cumpridas?. (Marisa Matias, Movimento Cidadania e Responsabilidade pelo Sim)

Quando se pergunta Sim ou Não à prisão das mulheres... Não há quem, quer dizer acho que não há gente que ache que as mulheres devam ser presas por fazer um aborto. Aí nós também não podemos estar à espera da clemência, caso a caso, julgamento após julgamento. Clemência essa que pode haver ou não, mas é sempre vista em termos de benesse, de uma caridade e não de um

direito em si ou pelo menos o direito a não ser julgado. (...) Esse deve ser o foco da campanha e é isso que deve ser explicado. (Carla Luís, BE)

Ao recurso à emoção usado pelos/as agentes anti-escolha, através da disseminação da ideia e de imagens postulando a existência de um “bebé” às dez semanas, os movimentos pró-escolha contrapuseram dois tipos de argumentos – a evocação de mortes e sequelas físicas e psíquicas das mulheres que abortam clandestinamente e a imagem das mesmas nos tribunais e em celas de prisão.

Uma leitura negativista do aborto – como algo de mau e que deve ser evitado, como um drama para a mulher e/ou o último recurso – foi, mais uma vez, o discurso predominante em ambos os lados. Porém, no que se refere ao aborto clandestino, as medidas apontadas como necessárias para o seu combate divergiram. Se para activistas pró-escolha a mudança da lei permitiria o enquadramento da prática no seio do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e o acompanhamento das mulheres – o que, a par com políticas e medidas visando um maior acesso ao planeamento familiar e à educação sexual, originaria a médio prazo uma diminuição do número de abortos –, para activistas anti-escolha a despenalização provocaria a liberalização do aborto e portanto o seu aumento, dada a possibilidade de as mulheres poderem abortar “a pedido”. Para evitar tal liberalização, defendiam que a lei proibitiva e alegadamente dissuasora se deveria manter, sendo que o Estado deveria promover melhores condições de vida às famílias, um planeamento familiar efectivo e o apoio financeiro e logístico às instituições de apoio à vida e à maternidade.

Nós temos de ajudar essa pessoa a poder ter o seu filho porque ela com certeza que se é por razões económicas, ela desejava tê-lo, senão não argumentava que é por razões económicas (...). Porque há pessoas que não os querem ter mas, se é por razões económicas, o Estado não pode de maneira nenhuma demitir-se. (Sónia Sousa Mendes, CDS-PP)

Nós defendemos que o Estado devia empenhar-se em políticas de promoção ao nível dos meios contraceptivos, do planeamento familiar, da educação sexual. (...) Não é legalizando o aborto que vamos acabar com o aborto clandestino. (Isabel Fonseca, Movimento Norte pela Vida)

O estudo desenvolvido pela APF, cujos resultados foram divulgados no início da Campanha, permitiu obter dados rigorosos sobre a realidade do aborto em Portugal, constituindo-se como uma importante ferramenta para a defesa da despenalização do aborto (APF, 2006). Estes dados científicos, recolhidos por uma organização cuja credibilidade e cujo trabalho desenvolvido nesta área são amplamente reconhecidos, foram recorrentemente utilizados por agentes pró-escolha para sustentar os seus argumentos com dados objectivos e actualizados:

Eu acho que para além de tudo isso houve depois outros complementos que foi a maior informação, obviamente baseadas em estimativas, mas para além das estimativas que nos vêm da OMS ou de outras organizações há também estudos feitos que nos permitem ter mais dados e mais informação sobre a prática do aborto em Portugal. (Lúcia Gomes, Em Movimento pelo Sim)

A intervenção dos Médicos pela Escolha na campanha, os sucessivos alertas da OMS para o imperativo de resolver o problema de saúde pública inerente ao aborto clandestino e a experiência da grande maioria dos países europeus foram também, nesse âmbito, de particular importância, ainda que a credibilidade e fiabilidade dos dados apresentados por activistas pró-escolha fosse constantemente posta em causa pelos movimentos anti-escolha:

Eu lembro-me que aqui há uns anos falava-se em 200000 abortos clandestinos por ano, agora já são 20000. Portanto, mesmo todos esses estudos que falam de números, é tudo muito pouco fiável, não é? (...). Se o aborto é clandestino, o máximo que se pode fazer são especulações. E eu acho que são absolutamente especulativos todos os números que aparecem sempre sobre o aborto clandestino. (Zita Seabra, PSD)

Para além dos argumentos já referidos, outros motivos foram invocados pelos movimentos anti-escolha para sustentar o seu ponto de vista. Os custos económicos que a despenalização do aborto acarretaria para o Estado e os/as cidadãos/ãs (através dos impostos) foi recorrentemente referido como um factor a ser tido em conta aquando a votação. “Contribuir com os meus impostos para financiar clínicas de aborto? Não, obrigada!” foi, assim, um dos muitos lemas difundidos pelo país. Ainda nesse âmbito, a incapacidade do SNS para comportar os numerosos pedidos de aborto que a mudança da lei acarretaria também foi alegada. Subjacente a estes argumentos esteve a negação da prática de aborto como parte integrante do direito à saúde sexual e reprodutiva da mulher. Não sendo este considerado como um cuidado de saúde, questionou-se a legitimidade do Estado em assegurá-lo, “Sem razão clínica, abortos são cuidados de saúde? Concorda que a saúde de outras mulheres fique à espera para que o aborto se faça até às dez semanas?” (Folheto de organizações católicas).³⁵

Argumentos de natureza psicológica e psiquiátrica foram igualmente invocados. O aborto provocaria, segundo certos estudos, traumas, sequelas e/ou depressões pós-aborto afectando irremediavelmente a saúde psíquica das mulheres que a ele recorreriam e devendo, por isso, ser legalmente proibido. O leque de argumentos utilizados pelos sectores anti-escolha também incidiu sobre a alegada discricionariedade do prazo das dez semanas para estabelecer que é a partir desse limite que o aborto deve ser penalizado e considerado

³⁵ A saber – Associação dos Médicos Católicos Portugueses, Associação Católica dos Enfermeiros e Profissionais de Saúde, Centros de Preparação para o Matrimónio e Equipas de Nossa Senhora.

crime ou ainda o aumento do número de abortos verificado em alguns países em que este tinha sido despenalizado.

Face a esta panóplia de argumentos, os movimentos pró-escolha revelaram-se, segundo a maioria dos/as nossos/as entrevistados/as, melhor preparados do que em 1998, não só para recentrar o debate na questão da política criminal como também contra-argumentar nos mesmos termos.

Esteve tudo muito orientado para responder a questões concretas e (...) desmontar os argumentos da parte contrária e para esclarecer coisas concretas. Acho que realmente se trabalhou muito nesse sentido, de ir ao concreto. (E28, Profissional de Direito)

Contudo, o que sobressaiu desta campanha de 2007 é que o discurso dos direitos das mulheres esteve em grande medida ausente. O direito à escolha e ao corpo não tiveram a centralidade discursiva e argumentativa na esfera pública e mediática que seria de esperar, dado esta ser uma questão directamente relacionada com os direitos das mulheres. Vários/as agentes envolvidos/as pelo “Sim” entenderam que a premência de mudar a lei requeria prudência argumentativa, insistindo nos argumentos mais consensuais e moderados, como a desumanidade dos julgamentos, em substituição daqueles considerados mais “fracturantes”, numa sociedade em que a autodeterminação não é considerada um pleno direito das mulheres por muitos/as e em que a maternidade é entendida como um referente social feminino. Contrariamente à Campanha de 1998, em que o discurso dos direitos, ainda que periférico, foi audível, em 2007 este foi publicamente silenciado. Esta terá sido, para muitos/as entrevistados/as, uma condição para o “Sim” ganhar:

Eu acho que houve talvez agora um maior pragmatismo em torno de centrar o discurso no aborto clandestino, nos problemas que as mulheres defrontam com julgamentos, os problemas das mulheres, os problemas concretos, em vez de se pôr mais na afirmação abstracta dos direitos. Nas dificuldades, nos problemas, e portanto isso pareceu-me correcto. (E27, Profissional de Direito)

O Sim mudou, percebeu que esse tipo de frases não movem, antes pelo contrário, afastam. E de facto nesta campanha já não usam esse tipo de frases. (...) E até dizem muito mais do que isso. Os do Sim dizem *nós somos contra o aborto, nós achamos que o aborto é uma coisa horrível*. Eles inverteram este discurso e no fundo querem dizer que isto é só a questão de penalização ou não penalização, quando não é de todo. É a questão de se poder fazer um aborto ou não (...). Eu acho que o Sim mudou completamente essa estratégia mas não quer dizer que tenha mudado essa posição. Eles perceberam é que, de facto, essas afirmações não caem bem. (Isabel Fonseca, Movimento Norte pela Vida)

Ao longo das várias semanas o confronto argumentativo e discursivo foi intenso. Como vimos, o manancial de argumentos utilizados por ambas as posições foi mais

alargado do que em 1998, fruto do novo contexto mas também da experiência adquirida com o primeiro referendo.

4.3. Resultados e impactos do Referendo de 2007

Após várias semanas de intenso debate e confronto, os resultados do referendo foram conhecidos: a despenalização da IVG venceria com 59,3% dos votos expressos. A análise dos resultados por distritos permitiu observar, mais uma vez, uma clara divisão do país, com o Norte a votar predominantemente contra a despenalização e o Sul a favor. Contudo, a votação numa resposta favorável à mudança da lei aumentou consideravelmente em vários pontos do país, levando à vitória do “Sim” em três distritos onde o “Não” tinha prevalecido em 1998 – a saber Porto, Castelo Branco e Leiria. Acresce que, comparativamente a 1998, verificou-se ainda uma diminuição de cerca de 12% nos níveis de abstenção, sendo que a participação popular aumentou de 31,9% em 1998 para 43,6% em 2007. No entanto, o referendo voltou a não ser vinculativo, dado mais de metade do eleitorado ter decidido permanecer fora da consulta popular. Não obstante, o Governo Socialista interpretou a votação como um expressivo sinal político dado pela maioria da população que votara no sentido da alteração da lei existente e resolveu assim acatar a vontade expressa pela maioria dos votantes, tal como havia previamente anunciado.

A partir da análise efectuada, identificamos três grandes factores decisivos para a mudança da lei do aborto. São eles o efeito de visibilidade, o efeito de legitimidade e o efeito de retórica. Vejamos cada um deles em detalhe.

4.3.1. O factor visibilidade

1998, a visibilidade do tema do aborto na esfera pública – nomeadamente nos meios de comunicação social – aumentou exponencialmente. Um dos motivos deste aumento de visibilidade foram os casos de mulheres levadas a tribunal acusadas do crime de aborto. A lei penalizadora de 1984 foi até 1998 uma lei não aplicada. O aborto clandestino, crime público perante a lei, foi no entanto uma realidade quotidiana em Portugal. Esse desfasamento entre a prática social existente e a norma legal vigente foi, até à ocorrência de julgamentos por prática de aborto, ignorado ou negligenciado por muitos sectores que sobrevalorizavam as funções pedagógicas e simbólicas de uma lei condenando moralmente um acto tido como “desvio” da norma. Os resultados do referendo de 1998, ao consagrarem novamente a norma penal, marcaram o começo da sua aplicação. Com efeito, entre 1998 e 2004 foram registados pelo

Ministério da Justiça 223 crimes de aborto que se traduziram em 34 processos, 43 arguidos/as e 18 condenações. Posteriormente, e até ao referendo de 2007, estes números continuaram a aumentar. Assim, a visibilidade pública e mediática deste tema foi em grande medida suportada pela realização de julgamentos e, sobretudo, pela utilização desses mesmos julgamentos por parte de activistas pró-escolha. As diversas manifestações à porta dos tribunais por parte de associações, partidos e pessoas da sociedade civil, bem como os diversos Projectos de Lei discutidos na Assembleia da República na sequência dos julgamentos, marcaram decisivamente a agenda política e opinião pública.

Paralelamente aos julgamentos, outros factores propiciaram maior visibilidade de uma prática até então remetida para a esfera privada e os meandros da clandestinidade. Os números estimados e revelados por organizações internacionais como a OMS e a ONU, apelando ao reconhecimento do direito à Saúde Sexual e Reprodutiva e ao combate ao que era considerado um problema de saúde pública, contribuíram para a crescente percepção de que a situação portuguesa diferia, nesta matéria, da grande maioria das recomendações internacionais e práticas europeias. Acresce que Portugal seria responsável pela Presidência da UE entre Junho e Dezembro de 2007 e, como tal, seria um alvo fácil de críticas por parte dos restantes Estados-membros onde o aborto não era criminalizado. Havia portanto uma pressão reconhecida no sentido do alinhamento relativamente ao resto da Europa nesta matéria.

Outra importante razão adicional para o aumento da visibilidade foi claramente a Campanha Fazer Ondas em 2004. A cobertura mediática sem precedentes, a nível nacional e internacional, transformou esta Campanha na mais bem sucedida iniciativa desenvolvida por grupos da sociedade civil em torno do tema do aborto em Portugal. Com efeito, esta Campanha possibilitou fomentar a pressão política sobre o Estado Português para alterar a lei e evidenciou o isolamento português no tratamento desta questão no panorama europeu. A pressão política exercida foi particularmente eficaz e permitiu a ocupação do espaço mediático durante duas semanas consecutivas, cujos impactos se repercutiram muito além do tempo exacto em que durou a iniciativa (Agosto-Setembro de 2004). A Campanha Fazer Ondas marcou também o começo de uma viragem na atitude dos meios de comunicação social portugueses, cuja cobertura dada ao tema não conheceu precedentes e cujo tratamento foi, frequentemente, aliado de um discurso pró-escolha.

Propiciado por estes diferentes acontecimentos, o debate em torno do aborto e da adequação da lei existente foi portanto intensificado a partir de 1998, obrigando a uma maior reflexão e ao esgrimir de argumentos que favoreceram a visibilidade deste tema.

4.3.2. O factor legitimidade

Comparativamente a 1998, a Campanha de 2007 envolveu um maior número de pessoas com autoridade que estiveram publicamente comprometidas com iniciativas pró-escolha, facto que contribuiu para a obtenção de ganhos de legitimidade perante a opinião pública. Homens e Mulheres políticos/as de diferentes quadrantes, sindicatos, profissionais de Direito e de Saúde e movimentos de cidadãos/ãs tiveram voz activa neste último referendo. Paralelamente, a participação e empenho do Governo Socialista e das suas estruturas e militantes, assim como a mobilização da Esquerda e a divisão pública da Direita foram factores que favoreceram a veiculação de uma imagem de força e união em torno da despenalização. Para além do mais, o papel do movimento Médicos pela Escolha, congregando vários/as profissionais de Saúde, foi, como já dissemos, valioso para quebrar a aparente unanimidade existente no seio da classe médica e dotar o discurso pró-escolha de argumentos científicos e, logo, de legitimidade. O estudo desenvolvido pela APF (e o empenho desta organização na Campanha) foi, a esse título, exemplar, constituindo um importante instrumento para afirmar o aborto clandestino como um problema de saúde pública carecendo de urgente resolução. Ao revelar certos contornos desta prática no país, o estudo favoreceu ainda a capacitação dos/as activistas pró-escolha, dotando-os/as de um argumentário objectivo, factual e actualizado. Para além do mais, ao consubstanciar os argumentos desde sempre defendidos pelos/as activistas pró-escolha, permitiu-lhes uma maior segurança para contra-argumentar e rebater os discursos dos/as seus/suas oponentes.

De resto, também o desenvolvimento da discussão pública de questões relacionadas com a sexualidade e a promoção de projectos de sensibilização em igualdade de oportunidades, muitos dos quais impulsionados e financiados pela UE, foram, quanto a algumas das mulheres entrevistadas, iniciativas que contribuíram para a lenta, mas efectiva, mudança de mentalidades nas novas gerações.

Eu penso que o país evoluiu um pouco, está mais modernizado. Existe também entre os jovens uma cultura cívica que não havia anteriormente porque também [há] estas questões de direitos humanos nas escolas, e eles já têm opinião sobre uma série de coisas. (...) Vejo que há mais formação nas escolas e vejo que os miúdos estão muito mais informados do que eu na minha altura e que há menos tabus por parte dos professores e que isso foi fundamental (...). Todas as iniciativas ao nível da UE em termos de igualdade de oportunidades, os intercâmbios, das pessoas trocaram ideias, trocaram experiências, trocaram contactos, convívios, viajarem, fazerem viagens a outros países... (Carla)

Os jovens têm uma relação tão mais próxima e têm uma sexualidade e amizade de uma forma muito mais bonita e com muitos menos tabus do que a minha geração, e eu acho que isso teve um peso muito grande no voto dos jovens. (...) Vivem a sexualidade e o corpo de forma muito

mais aberta, com muito menos tabus do que nós e eu acho que isso faz com que tenham posturas, atitudes, políticas também, diferentes. (Marta)

O impacto destes diversos acontecimentos sobre a juventude portuguesa, que em 1998 ainda não podia exercer o seu direito de voto, e sobre a população em geral foi, aliás, segundo a grande maioria dos/as entrevistados/as, um factor decisivo para a maior mobilização eleitoral verificada em 2007 e a conseqüente vitória da despenalização. Pelo contrário, como vimos, no campo anti-escolha assistiu-se ao progressivo esbatimento dos discursos mais fortemente condenatórios, substituídos por uma proliferação de propostas alternativas aos julgamentos e penas de prisão, facto que contribuiu para alguma descredibilização dos argumentos contra a despenalização.

4.3.3. O factor retórica

A análise dos discursos mobilizados pelo activismo pró-escolha nos referendos de 1998 e 2007, mas também na Campanha Fazer Ondas, revelaram mudanças interessantes. Ao discurso da tolerância e do respeito pelas mulheres que abortavam em condições dramáticas utilizado em 1998, seguiu-se o enfoque nas complicações de saúde decorrentes do aborto clandestino, nas leis em vigor na Europa e no direito à escolha da Campanha Fazer Ondas de 2004. Contudo, a maior mudança foi introduzida em 2007, quando todos os discursos se voltaram para a ineficácia da lei, para a necessidade de evitar julgamentos e penas de prisão para mulheres que abortem e ainda no aborto como uma questão de saúde pública. Em 2007, a opção estratégica por um discurso moderado de contenção, baseado em argumentos mais consensuais revelou-se certa e eficaz a curto prazo, ainda que cúmplice de uma retórica de subalternização de um discurso assente nos direitos nas mulheres. Tal elemento é revelador da concepção dominante acerca das mulheres portuguesas ainda dificilmente entendidas como sujeitos de pleno direito. Algumas das nossas entrevistadas identificaram justamente esta dificuldade em substituir um discurso feminista de direito ao corpo por um outro de vitimização da mulher:

Outra dificuldade que sinto (...) é ao nível da argumentação [porque] se eu fosse a defender efectivamente aquilo em que eu acredito se calhar não utilizaria os mesmos argumentos que na esfera pública tenho que utilizar para não ter os efeitos contrários. Muitas vezes sinto que as pessoas pro-despenalização têm que ir pelo caminho da vitimização e do miserabilismo, (...) Aquilo que eu queria defender é que quer uma mulher tenha condições socio-económicas quer não, até pode ser da classe média alta ou alta, deve poder escolher se quer ou não levar a gravidez avante, é um direito que lhe assiste. Essa é a visão na qual eu acredito e que gostava que passasse para fora. No entanto não podemos...A meu ver é muito arriscado. (...) E poderíamos entrar em choque com pessoas que até são a favor, que estão ali na linha intermédia

e que ao cair um pouco na radicalização, que eu não acho que seja mas pode ser interpretado assim, sujeitamo-nos a que aquelas pessoas não votem. Isso para mim é uma dificuldade, obriga-nos a cair no miserabilismo (...) e não vai ao fundo da questão. (E36, Associação, Coimbra)

Ainda relativamente ao registo dominante de moderação, refira-se que no próprio momento da vitória se ouviram vozes criticando a emoção e alegria dos/as activistas pró-escolha pois este não seria, alegavam, um momento para festejar.³⁶

Conclusão

Neste texto, procurámos divulgar alguns dos resultados obtidos aquando a análise de dois dos três momentos marcantes na história recente da luta pela despenalização da IVG: os referendos de 1998 e 2007. Aquela que nos aparece como sendo uma das principais conclusões é o facto de que, do ponto de vista de uma análise feminista, a Campanha para o referendo de 2007 foi marcada por um discurso mais vitimizante do que reivindicativo – não queremos que as mulheres sejam presas, logo vamos mudar uma lei que não funciona e permitir que o aborto seja seguro para todas. Nos dois referendos, o discurso sobre o direito ao próprio corpo e à autodeterminação sexual foi omitido, nomeadamente nos materiais de campanha. Ainda que os argumentos do direito à escolha e ao corpo tenham surgido em debates e reuniões, esses argumentos não foram, de todo, centrais nos materiais de campanha e nas declarações aos diferentes meios de comunicação social, sendo frequentemente combatidos por serem considerados como eventualmente prejudiciais ao resultado final. Curiosamente um dos motivos identificados para derrota da despenalização em 1998 foi a ausência de agressividade dos movimentos pró-escolha face à convicção demonstrada pelos movimentos anti-escolha (Tavares, 2003; Peniche, 2007). Sucede que, logo após a Campanha Fazer Ondas – cuja orientação era assumidamente agressiva e forte –, o discurso pró-despenalização mudou novamente, com o acordo de que seria preferível optar por uma via porventura menos radical e mais empenhada em articular e gerar consensos. O resultado foi uma Campanha de 2007 moderada, claramente eficaz a curto prazo sob o ponto de vista da mudança jurídica – objectivo fundamental, sublinhe-se –, mas pouco envolvida na mudança de mentalidades e com a promoção dos direitos das mulheres entendidos de forma mais

³⁶ Um artigo de opinião da jornalista Fernanda Cândia intitulado “Caladas, quietas e viradas para a frente”, publicado no *Diário de Notícias* de 16/02/2007, salienta isso mesmo.

cabal.³⁷ Com efeito, mais do que um direito das mulheres, o aborto foi construído como um tema de saúde e de justiça: não importa tanto o direito à escolha – importa evitar a prisão (justiça) e a morte (saúde).

Do ponto de vista da mudança jurídica, Portugal é hoje um exemplo de sucesso, apontado como tal a nível internacional. Do ponto de vista da mudança social e cultural – e dos direitos das mulheres – identificam-se áreas deficitárias, entre as quais a promoção dos direitos sexuais e reprodutivos enquanto direitos humanos, de acções de sensibilização e campanhas de informação, do combate à vergonha e ao tabu e o investimento na educação sexual formal e não-formal. Acima de tudo, resulta clara a ausência de um discurso afirmativo sobre a autodeterminação sexual e reprodutiva, que seja transversal a toda a sociedade. E esse será, provavelmente, um dos passos a seguir.

³⁷ Para um argumento semelhante, posterior ao projecto em que se baseia a presente publicação, ver Whitten (2008).

Referências bibliográficas:

- Amâncio, Lígia (1996), “Contributos para a história de um movimento social inexistente. A representação social do feminismo”, Comunicação apresentada ao III Congresso Português de Sociologia.
- Amâncio, Lígia (1998), “O feminismo português no final do séc. XX – um olhar sobre o passado ausente e a promessa do futuro”, comunicação apresentada em *Movimento Feminista em Portugal*, seminário organizado pela UMAR, 5 e 6 de Dezembro de 1998, auditório do Montepio Geral, Lisboa. Disponível em: <http://umar.no.sapo.pt/investigacao/comunicacoes/Semin%20E1rio_Mov.Feminista.pdf>, consultado a 25/20/2007.
- APF (2006), *Sexualidade & Planeamento Familiar*. Lisboa: APF.
- Duarte, Madalena (2007), “Entre o radicalismo e a contenção: O papel do direito na campanha Women on Waves em Portugal”, *Oficina do CES*, 279 (Julho).
- Freire, André; Baum Michael (2001), “Partidos políticos, movimentos de cidadãos e referendos em Portugal: os casos do aborto e da regionalização”, *Análise Social*, XXXVI(158-159), 9-42.
- Ferreira, Virgínia; Abranches, Graça (1986), “O debate sobre o aborto e a ortopedia discursiva da sexualidade”, *Análise Social*, XXII(92-93), 477-492.
- Ferreira, Virgínia (1988) “O Feminismo na Pós-modernidade”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 24, 93-106.
- Ferreira, Virgínia (2000), “Engendering Portugal: Social Change, State Policies and Women’s Mobilization”, in António Costa Pinto (org.), *Portugal Contemporâneo*. Madrid: Sequitur, 157-186.
- Fiadeiro, Maria Antónia (1989), *Cronologia da luta das mulheres (74-88)*. Lisboa: LDM.
- Magalhães, Maria José (1998), *Movimento feminista e educação – Portugal, décadas de 70 e 80*. Lisboa: Celta.
- Peniche, Andrea (2007), *Elas somos nós. O direito ao aborto como reivindicação democrática e cidadã*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa, (1997/ 1994), *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (2000), *Crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência*. Porto: Edições Afrontamento.
- Tavares, Manuela (1998), *Movimento de Mulheres em Portugal, após Abril de 1974*. Dissertação de mestrado em estudos sobre as mulheres. Lisboa: Universidade Aberta.
- Tavares, Manuela (2000), *Movimentos de Mulheres em Portugal nas décadas de 70 e 80*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Tavares, Manuela (2003), *Aborto e Contraceção em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- UMAR (1999), *Aborto – decisão da mulher. História do movimento pelo aborto e contraceção em Portugal*. Lisboa: UMAR.

Whitten, Margarite J. (2008), “Feminism by Other Means. Reframing the Abortion Debate in Portugal.” University of Massachusetts Amherst. Disponível em: <http://scholarworks.umass.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1001&context=efsp_field_rpts>, consultada a 15/12/2008.

Outras Fontes

➤ Jornais

- *Diário de Notícias*, 02/06/1998.
- *Diário de Notícias*, 02/09/2004.
- *Diário de Notícias*, 04/02/2007.
- *Diário de Notícias*, 16/02/2007.

- *Público*, 21/05/1998.
- *Público*, 28/05/1998.
- *Publico*, 01/06/1998.
- *Público online*, 27/09/2006.
- *Público*, 20/10/2006.
- *Público*, 21/10/2006.
- *Público online*, 20/10/2006.
- *Público*, 21/12/2006.
- *Público online*, 15/01/2007.
- *Público*, 31/01/2007.
- *Público*, 04/02/2007.

➤ Sites

- Centro Académico de Democracia Cristã: www.cadc.pt.
- Comissão Nacional de Eleições: www.cne.pt.
- Movimento cívico Juntos pela Vida: www.juntospelavida.pt.
- Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral: www.stape.pt.

➤ Outros

- Materiais de Campanha dos movimentos pro escolha e dos movimentos anti-escolha utilizados aquando das campanhas para os referendos de 1998 e 2007.
- Materiais de Campanha de PS, PCP; e BE difundidos aquando das campanhas para o referendo de 1998.